

D. Isabel de Portugal



RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

Rainhas e Infantas de Portugal

D. Isabel de Portugal

Copyright © 2011 QuidNovi e Autores

Textos: Margarida Sobral Neto

(Margarida Sobral Neto é professora associada com agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, instituição em que se doutorou, em Janeiro de 1992, na área de História Moderna e Contemporânea. Coordenou o Mestrado em História Moderna. O seu campo de investigação é a História Moderna de Portugal, tendo publicado trabalhos nas áreas da história económica, social e institucional. É membro do centro de História da Sociedade e da Cultura e do Conselho Científico da FLUC. É académica correspondente da Academia Portuguesa da História.)

Colecção coordenada pela Prof.^a Doutora Manuela Mendonça,
Presidente da Academia Portuguesa da História

Design: Sara Soares/QuidNovi

Paginação: Daniel Dias/QuidNovi

Revisão: Mariana Guimarães

Ilustração da capa: Catarina França

Impressão e acabamento: Peres-Soctip, S. A.
(www.soctip.pt)

ISBN: 978-989-554-799-9

Depósito Legal: 322718/11

QUIDNOVI

QN - Edição e Conteúdos, S.A.

Rua 10 de Junho, 54

4485-029 Aveleda, Vila do Conde

Tel. +351 229 390 350 | Fax. +351 229 390 359

www.quidnovi.pt | quidnovi@quidnovi.pt | quidnovipt.blogspot.com

Reservados todos os direitos. É estritamente proibida, sem autorização escrita dos titulares do copyright da obra, a reprodução total ou parcial desta obra por qualquer meio ou procedimento, entre os quais fotocópias e tratamento informático, e a distribuição através de empréstimo ou de aluguer público.

D. Isabel de Portugal

IMPERATRIZ PERFEITÍSSIMA

1503-1539

Margarida Sobral Neto

D. Isabel de Portugal: a “mulher mais bela do seu tempo”

Um olhar demorado sobre o quadro de Ticiano, existente no museu do Prado, representando com mestria o rosto da imperatriz Isabel, apreende de imediato uma sensação de extrema suavidade. Vemos um rosto ligeiramente oblongo encimado por testa alta e cabelos levemente frisados, ornados de caprichosas tranças, que emolduram uma pele clara e acetinada. O nariz é recto e perfeito. A boca é de desenho correcto, pequeno e quase infantil; os lábios cheios parecem transmitir uma extraordinária doçura, como se daquela boca só pudessem sair sons muito agradáveis e palavras calmas de leveza e candura. O queixo, levemente arredondado, completa uma imagem de beleza inquestionável e que idealiza pureza. Mas onde os nossos olhos, necessariamente se demoram, é no olhar da rainha. É um olhar de distância, como se não fixasse qualquer pormenor, antes abrangesse horizontes inteiros de uma paz interior sem mácula. Os olhos de D. Isabel de Portugal penetram no nosso íntimo como uma mensagem de profunda suavidade, e o claro

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

brilho que transmitem trai uma alma singela, talvez quase triste, mas em que se adivinha, além de tudo, uma profunda e cativante ternura. É um olhar desprendido que nos prende fundo até ao âmago.

Esta magnífica representação pictórica da imperatriz foi encomendada por Carlos V a Ticiano, após a morte da sua adorada esposa, companheira e colaboradora. O célebre artista do renascimento, que nunca terá visto a mulher considerada “a mais bela do seu tempo”, pintou dois quadros póstumos com base em quadros ou medalhões de outros autores, seguindo, ainda, as detalhadas indicações fornecidas pelo amargurado imperador que pretendeu imortalizar na materialidade de uma pintura a representação afectiva da mulher da sua vida.

Os artistas que fixaram, em vários suportes materiais, a imagem de D. Isabel de Portugal construíram uma memória de afectividade, presente igualmente em toda a literatura que a D. Isabel se refere: sejam as fontes coevas, as páginas ficcionadas por autores românticos, ou as da historiografia a ela dedicadas por historiadores espanhóis, nomeadamente a obra clássica de Maria del Cármen Mazario Coletto (*D. Isabel de Portugal, Emperatriz y Reina de España*, Madrid, 1951) e a síntese mais recente de António Villacorta (*La emperatriz Isabel*, Madrid, 2009).

O tempo em que a infanta Isabel nasceu e cresceu

Os anos de viragem do século XV para o século XVI foram um tempo auspicioso para Portugal, sendo os portugueses protagonistas de “grandes feitos”. Na verdade, foi no reinado de D. Manuel que se operou a abertura do mundo e se delinearam os eixos centrais do Império Português: abriu-se o caminho marítimo para a Índia e ocorreu o “achamento” do Brasil. A dimensão dos domínios portugueses inscreveu-se na majestática intitulação do monarca: Dom Manuel por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, d’ aquém de d’ além-mar em África, Senhor da Guiné e da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia”.

Lisboa tornara-se cabeça de um império e de uma economia mundial, contando, em 1528, com 70 mil habitantes. O Reino era habitado um milhão de almas.

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

A capital portuguesa tornara-se terra de destino de muitas e variadas gentes. Ao cheiro das especiarias despovoava-se o Reino. O centro político do país, situado no extremo ocidental da Europa, atraía igualmente mercadores vindos de diversas partes interessados nos produtos que os bravos marinheiros, celebrados por Camões, traziam de longínquas paragens: madeiras, plantas e animais exóticos, tecidos e porcelanas finíssimas, ouro, especiarias e outras preciosidades. Por sua vez, o porto de Lisboa funcionava como uma placa giratória aonde chegavam e donde partiam mercadorias para as feitorias do Norte da Europa.

D. Manuel soube construir e consolidar, de forma hábil e eficaz, a imagem de um poderoso monarca do mundo. A imponente embaixada enviada ao papa Leão X, que levou a Roma preciosidades exóticas, constituiu uma estratégia eficaz para o reconhecimento do domínio português sobre as terras conquistadas, projectando igualmente a representação de um rei que tinha o sonho de construir o império universal da fé cristã.

Sendo pioneiros na aventura dos descobrimentos, os portugueses não estavam sozinhos na descoberta dos mares. Na vizinha Castela, conquistadores espanhóis, liderados pelos Reis Católicos, Fernando e Isabel, prosse-

D. Isabel de Portugal

guiam os mesmos objectivos de expansão pelo mundo. Em 1492, Colombo chega à América central, pensando ter atingido as Índias. Entretanto, descobridores castelhanos prosseguiram as suas conquistas em direcção à América do Sul. Neste contexto, tornava-se urgente demarcar as fronteiras entre os territórios portugueses e espanhóis no além-mar. A prudência, iluminada pela memória trágica das guerras entre os reinos vizinhos ocorridos em finais do século XIV, aconselhava a via da negociação, que se consagrasse num acordo definidor da partilha do mundo entre os monarcas ibéricos.

Em Junho de 1494, Portugal e Castela, assinam um tratado na localidade espanhola de Tordesilhas em que definem como portuguesas as terras situadas a leste de um meridiano que distava 370 léguas das ilhas de Cabo Verde, e ao Reino de Espanha as localizadas a oeste daquele meridiano. Mais tarde, em 1509, os dois países definiram em Sintra os territórios que pertenciam a cada um em África. Não seria a última vez que representantes políticos, diplomáticos e cosmógrafos se haveriam de sentar à mesa das negociações para pôr fim a tensões geradas pela ambição de controlo das riquezas encontradas nas terras dispersas pelos mares.

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

Uma forma de facilitar as relações entre as coroas reinantes peninsulares era a dos casamentos entre membros das famílias reais. A via dos negócios matrimoniais, geradora em alguns casos de amor e amizade, foi adoptada pelas Cortes dos Reis Católicos e do rei D. Manuel. O monarca português teve como esposas duas filhas de Isabel, *a Católica*, Isabel e Maria, e uma neta, Leonor, filha de Joana, *a Louca*.

Até 1515, os reinos de Espanha tiveram uma dimensão peninsular e outra ultramarina situada em África e nas Américas. A partir daquela data, na sequência de um conjunto de uniões dinásticas bem sucedidas, o Reino de Espanha articula-se com um Império liderado por uma das figuras mais emblemáticas da História da primeira metade do século XVI, o imperador Carlos V.

O poeta e cronista Garcia de Resende representou-o, assim, na sua *Miscelânea*:

“Vi Carlos Imperador
de seus avós herdar tanto
que foi já mor senhor
que o Carlo magno santo,
e ditoso vencedor:

D. Isabel de Portugal

herdou grande parte de Espanha
Flandres, Borgonha, Alemanha,
Nápoles, Aragão, Cecílias,
Navarra, Áustria, e as Antilhas,
terra rica e muito estranha”.

Os destinos de Portugal haviam de encontrar-se com os deste Império, “onde o sol não se punha”, através do casamento entre Carlos I de Espanha e V imperador da Alemanha e a filha mais velha do rei D. Manuel, D. Isabel de Portugal.

A infância e juventude da princesa “de muito isenta condição”

“**N**este ano de 1503, aos vinte e quatro de Outubro, uma quarta-feira, entre as três e as quatro horas, depois da meia-noite, nasceu em Lisboa, nos Paços da Alcáçova a infante D. Isabel. Foi mulher muito formosa, e de muito isenta condição, e de tão altos pensamentos, que pressupôs de não casar senão com o maior senhor da Cristandade, que era o imperador Dom Carlos, quinto do nome, seu primo co-irmão”. Assim registou o cronista Damião de Góis o nascimento da filha mais velha de D. Manuel I e da rainha D. Maria, neta de Isabel, a *Católica*, de quem recebeu o nome.

O primo, com quem haveria de casar, tinha então três anos. Nascera no palácio dos príncipes da cidade de Gante (Bélgica), em 24 de Fevereiro de 1500, sendo filho da arquiduquesa Joana de Castela e de Filipe de Habsburgo, duque de Borgonha. Não tinha, porém, a sorte de viver com os seus pais, que haviam regressado a Castela para serem jurados herdeiros

D. Isabel de Portugal

dos reinos espanhóis; o menino vivia nos Países Baixos, na corte da sua tia Margarida de Áustria, que assumia, com muito carinho e sagacidade política, a função de educadora do sobrinho a quem augurava um futuro grandioso. A infância e juventude de Isabel terá sido, por certo, mais feliz na companhia dos pais e dos seus numerosos irmãos.

Diz a sabedoria popular, reforçada pelos estudos científicos na área da genética, que os filhos se parecem com os pais nos traços fisionómicos e, por vezes, também nos de personalidade. Procurámos, em Damião de Góis, a representação dos progenitores da princesa Isabel. D. Manuel nasceu em Alcochete a 31 de Maio de 1469. O cronista régio descreve-o como homem de boa estatura, de corpo mais delicado que grosso, bem proporcionado, com braços e pernas compridas, cabeça sobre o redondo, cabelos castanhos, testa levantada, olhos alegres, entre verdes e brancos, alvo e risonho. O mesmo autor refere que o monarca se exprimia com voz clara e bem entoada, sendo ponderado no falar e muito honesto e discreto nas suas práticas.

A mãe, de nome Maria, terceira filha dos Reis Católicos, Fernando e Isabel, nascida em Córdova, em 29 de Junho de 1482, é descrita como mulher de boa estatura, alva, com o queixo do rosto um pouco sumido,

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

olhos graciosos e pouco risonha. Como o marido, refere-se como muito honesta em todas as suas práticas, ressaltando-se a sua dedicação às coisas divinas expressa, de forma particular, em obras de misericórdia: amparava órfãos e viúvas, a quem fazia muitas esmolas para se sustentarem, contribuindo ainda com dotes de casamento a fim de puderem constituir família.

Para além de uma prática cristã vertida em obras de caridade, dedicava-se a uma religiosidade mais intimista, expressa em orações e devoções, na qual era acompanhada pelo esposo. D. Manuel foi um rei profundamente religioso, tendo promovido a espiritualidade católica através de celebrações litúrgicas, destacando-se, em particular, a festa do corpo de Deus. Devem-se-lhe, igualmente, a construção de muitos edifícios religiosos em todo o país, sendo o mais emblemático: o Mosteiro dos Jerónimos.

A religiosidade desta família régia está gravada no painel da Igreja da Misericórdia do Porto, pintado, em 1517, conhecido como *Fons Vitae*, supondo-se ser Isabel uma das princesas representadas do lado direito, e no tríptico *Misericórdia*, pintado pelo flamengo Jan Provost, que se encontra no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa.

D. Isabel de Portugal

Damião de Góis refere ainda que a rainha D. Maria era “muito inimiga de passar o tempo ociosamente”. Tendo aprendido na corte de Isabel a Católica a fiar, tecer, cozer e bordar, ocupava todas as suas damas e moças de câmara nestes ofícios. As filhas foram, igualmente, treinadas nas artes de cozer e bordar, sendo a princesa Isabel exímia nos bordados do seu enxoval.

O casamento dos pais de Isabel foi abençoado com uma numerosa prole, composta por dez filhos, dos quais sobreviveram oito: João (1502), Isabel (1503), Beatriz (1504), Luís (1506), Fernando (1507), Afonso (1509), Henrique (1512), Duarte (1515).

As fontes do tempo testemunham um ambiente de corte muito familiar, existindo entre os reis uma relação muito próxima e intensa. Damião de Góis refere ter sido a rainha “sempre muito bem casada” e bem tratada por D. Manuel, não havendo entre eles qualquer “diferença que se soubesse”. Por sua vez, João Paulo Oliveira Costa, no estudo que dedicou ao monarca Venturoso, afirma que D. Manuel encontrou em D. Maria “a mulher da sua vida”, não se lhe conhecendo nenhuma aventura amorosa fora do casamento, circunstância pouco vulgar para o tempo. Por sua vez, a rainha era ouvida e participava nos assuntos da governação.

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

O perfil da filha de Isabel a Católica representa-se como o de uma educadora exemplar, sendo uma pessoa austera e muito rigorosa na educação dos filhos, que vigiava de perto; tanto o príncipe como os infantes viviam na ala da rainha. Tratava os filhos “com igual amor”, sendo igualmente diligente nos castigos quando o seu comportamento se afastava das normas que lhes eram impostas. Quando assim era obrigada a proceder, punia o príncipe e os infantes com o mesmo rigor, tendo apenas em atenção a idade de cada um.

Já D. Manuel tinha um carinho especial pela filha mais velha. António Caetano de Sousa escreve, na “Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa”, que a princesa foi muito “querida e estimada” pelo seu pai porque nela concorria a beleza com as demais virtudes, brilhando as da alma com tanta igualdade como as da natureza, excedendo em todas os merecimentos.

Quando a infanta Isabel nasceu, a corte estanciava no Paço do Castelo, tendo sido baptizada na capela de S. Miguel, pelo Arcebispo de Lisboa. Era ainda criança de colo quando veio viver para o majestoso palácio mandado construir por D. Manuel na Ribeira, uma sede condigna para uma corte que tinha o sonho de construir um império à escala mundial.

D. Isabel de Portugal

Foi no novo Paço régio que a futura Imperatriz da Alemanha passou a sua infância. As fontes são pouco generosas na referência às ocupações das infantas. É, no entanto, de supor que os dias de Isabel se repartissem em tempos de brincadeira com os irmãos mais novos, em especial com a infanta Beatriz, e em espaços de formação de uma princesa católica para quem se pretendia um trono de rainha.

Para além dos ensinamentos que os pais diariamente lhe transmitem, nomeadamente, através do exemplo, a educação de Isabel foi confiada a duas pessoas especiais: a ama, Isabel Fernandes de Magalhães, uma senhora que se distinguiu pela sua religiosidade e Álvaro Rodrigues, capelão da Corte, “homem de bons costumes”, que lhe ministrou o ensino das primeiras letras e da doutrina cristã. É provável ainda que a princesa, à semelhança de sua mãe, tivesse sido iniciada no estudo do latim, língua culta que lhe permitia ler os clássicos bem como muitas obras impressas em tempos de renascimento. Isabel havia de destacar-se pelo seu amor às letras, expressa no mecenato e na valiosa biblioteca que possuía, constituída por livros de espiritualidade, destinados ao culto, à oração ou à reflexão filosófica, e obras profanas como livros de cavalaria e de História.

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

Em Lisboa, Isabel recebia uma formação religiosa e humanística que a haveria de dotar de um conjunto de excepcionais competências para o desempenho das funções de esposa, mãe e regente de um Reino católico. Ao mesmo tempo, na corte de Margarida de Áustria, o seu primo Carlos recebia uma educação aprimorada de príncipe. Nascendo, igualmente, no seio de uma monarquia católica, a sua educação religiosa foi entregue ao teólogo Adriano de Utrech, professor da Universidade de Lovaina e futuro papa Adriano VI. A formação religiosa de Carlos abria-se às correntes de humanismo cristão através da convivência com Erasmo. O célebre teólogo e pensador de Roterdão dedicou-lhe a obra *Institutio Principis Christiani*, na qual se indicam os guias orientadores dos príncipes no governo do mundo. Ao mesmo tempo, através da leitura dos romances de cavalaria bebia os ideais da aristocracia borgonhesa, o que o havia de configurar como um príncipe entre dois mundos: o medieval e o renascentista.

Isabel viveu tempos felizes na corte do seu pai. O Palácio da Ribeira era habitado por gente muito jovem, renovada quase de ano a ano pelo nascimento de um novo rebento régio. Por sua vez, a corte vivia um tempo de abundância alimentada pelas especiarias vindas do Oriente.

D. Isabel de Portugal

Os hábitos eram requintados, vividos em ambientes de luxo revestidos com tapeçarias e pinturas flamengas. D. Manuel investia na construção da imagem régia ostentando magníficos trajes, sendo, igualmente, generoso na oferta de preciosos vestidos e jóias às suas filhas. Por sua vez, a observação de plantas e animais exóticos, peças de fina porcelana chinesa e tecidos raros vindos de longínquas paragens transportariam Isabel para um mundo fantástico e de sonho.

Os dias ritmavam-se ao som da música, companheira inseparável do rei tanto nos salões do palácio como nos passeios régios. D. Manuel gostava de dançar, tendo iniciado as suas filhas nesta arte de sedução e delicadeza. Num dos serões que se celebraram por ocasião do casamento da infanta Beatriz, o rei dançou com a duquesa Sua filha e a rainha D. Leonor com a infanta Isabel.

Eram, igualmente frequentes as representações teatrais, a cargo do mestre Gil Vicente, e as actuações de bobos que suscitavam o riso tecido com fina e acutilante crítica à sociedade do tempo.

A primeira experiência amarga da infanta Isabel ocorreu em 7 de Março de 1517, dia em que a sua mãe se despediu da vida na sequência do parto do infante António. A morte levou-a com 35 anos. Terrível prenúncio.

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

D. Manuel que partilhara com a segunda mulher os grandes sonhos da sua vida ficou profundamente abalado. Perante a morte da companheira com quem vivera dezassete intensos anos, sente-se tentado a desistir dos negócios do mundo; retira-se para o Mosteiro Jerónimo de Penha Longa, em Sintra, onde permanece duas semanas.

O povo de Lisboa viveu a dor e o luto da família real, acompanhando os restos mortais de D. Maria até ao Mosteiro das Clarissas da Madre de Deus, de onde haviam de ser posteriormente trasladados para o Mosteiro dos Jerónimos.

A infanta Isabel, profundamente abalada pela morte da mãe, assumiu a tarefa de cuidar dos irmãos mais novos, não descurando a atenção ao seu amado pai, a fim de lhe minorar o sofrimento.

Dotada de uma arguta visão política e de um grande pragmatismo, D. Maria terá conversado com as filhas sobre o futuro das suas vidas, nomeadamente sobre o seu casamento, vendo, por certo, o seu sobrinho Carlos como um excelente noivo para a infanta Isabel. Carlos fora proclamado maior de idade, na Sala dos Estados do Palácio de Bruxelas, a 5 de Janeiro de 1515, assumindo o governo dos Países Baixos. No ano seguinte, morria Fernando II de Aragão e de Castela e o jovem sobrinho de Marga-

D. Isabel de Portugal

rida de Áustria é proclamado rei de Castela, Aragão e conde da Catalunha, com o título de Carlos I.

Tentando acautelar futuros incertos, a rainha deixa exarada numa cláusula do seu testamento a sua vontade, em matéria de casamento das suas filhas, nos termos seguintes: “suplico ao rei meu senhor que, de nenhum modo, case as nossas filhas senão com reis ou filhos de reis legítimos, e se isto não puder ser que as meta monjas, ainda que elas não queiram, porque melhor estarão servindo a Deus que no casamento dentro do Reino, já que bem sabe Sua Alteza quantas penas têm passado a sua irmã por ter casado no Reino; já a elas rogo e peço que não se casem senão como aqui vai dito, ainda que Sua Alteza o mande”.

Vários autores têm interpretado a assertividade do documento que exara as últimas vontades de D. Maria como uma manifestação clara de rejeição do casamento das suas filhas com um dos possíveis pretendentes: D. Jorge de Lencastre, filho bastardo de D. João II.

Com a morte da mãe, criavam-se as condições para que a jovem Isabel se iniciasse no exercício de funções governativas. Com este objetivo, o pai pôs-lhe Casa, afectando-lhe criados e servidores, sendo alguns deles de origem castelhana vindos para a corte portuguesa na

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

comitiva de D. Maria. Como suporte económico e de poder da Casa da infanta, o monarca afectou-lhe os senhorios da cidade de Viseu e da vila de Torres Vedras, privilégios e rendas de que usufruía a Casa da Rainha.

Como já afirmámos, D. Manuel tinha uma predilecção especial pela sua filha mais velha, desejando-lhe um futuro à medida dos seus sonhos imperiais. A concretização desse sonho passava pelo jovem de 17 anos, que já se tornara rei de Castela e Aragão, Carlos I. A regência era, entretanto, exercida, por vontade do seu falecido avô, pelo cardeal Cisneros, arcebispo de Toledo, que havia proclamado Carlos conjuntamente com a sua mãe Joana a Louca monarcas dos reinos de Espanha.

Não era, entretanto, pacífico para vários sectores da aristocracia, do clero e do povo que o poder régio fosse assumido por um jovem que se exprimia em francês, não dominando a língua nem os usos castelhanos. Nestas circunstâncias, impunha-se que Carlos I viesse pessoalmente a Castela para assumir a titularidade dos reinos que herdara. Com um numeroso séquito, constituído sobretudo por flamengos, aportou nas Astúrias em Setembro de 1517. A deslocação até Valladolid foi particularmente penosa para o jovem rei, bem como para a sua numerosa comitiva que não estava habituada às deficientes condições dos caminhos nem à sobriedade das pousadas.

D. Isabel de Portugal

O Cardeal Cisneros, já de propecta idade, ansioso por cumprimentar o jovem rei vai ao seu encontro, mas morre no caminho. Carlos I escolhe, de imediato, Guilherme de Croy para o cargo de Primaz das Espanhas. Esta nomeação constituiu uma enorme afronta para os Grandes bem como para o povo espanhol. As atitudes voluntaristas do jovem, alimentadas pelos seus conselheiros flamengos, iriam revelar-se desastrosas no campo da governação.

Neste contexto, o rei D. Manuel, hábil político, decide actuar. Envia a Castela Álvaro Costa para saudar D. Carlos I, rei de Castela e Aragão, senhor dos Países Baixos e arquiduque de Áustria. O seu camareiro-mor, para além desta missão, terá negociado o casamento de D. Manuel com D. Leonor, irmã de Carlos V, criada como ele na corte de Margarida de Áustria, e que o acompanhara para visitar a sua mãe.

A infanta estaria inicialmente destinada ao seu primo João. Mas razões políticas levaram D. Manuel a sobrepôr os seus interesses aos do filho primogénito, que reage com muito desagrado. O mesmo estado de alma viveu Leonor apaixonada por um jovem flamengo. Guardou, porém, o sentimento para si porque competia às mulheres, em geral, e às princesas em especial, obedecer em matéria de casamento. Os prepa-

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

rativos do casamento realizaram-se num tempo muito curto. No ano seguinte, Leonor atravessava a fronteira portuguesa para consumar o casamento com o rei Venturoso na vila do Crato. Leonor era ainda uma jovem, D. Manuel já tinha uma idade avançada.

Neste contexto, competia a Isabel desanuviar o clima de tensão familiar. Compreendendo, por certo, as razões do coração do irmão e as de estado do pai, tudo faz no sentido de criar um ambiente de sã harmonia. D. Leonor, que havia privado muito de perto com a sua tia Margarida de Áustria, governadora dos Países Baixos e hábil diplomata, aceitara, igualmente, o seu destino.

As infantas Isabel e Beatriz, acompanhadas pelo duque de Bragança e pelos condes de Portalegre, Tarouca e Vimioso, bem como por todas as damas da corte, receberam a prima nos Paços de Almeirim. Em sinal de cortesia, ajoelharam-se para lhe beijar as mãos. Mas a jovem rainha não permitiu gestos protocolares de distanciamento: abraçou-as com grandes manifestações de afecto. Fontes coevas referem que Leonor terá ficado deslumbrada com a “grande formosura da infanta D. Isabel”, sentimento que poderá ter transmitido ao seu irmão Carlos.

D. Isabel de Portugal

A passagem de D. Leonor pela corte haveria de ser fugaz. O seu casamento durou apenas três anos. Parte desse tempo passou-o grávida. A sua experiência de mãe seria, no entanto, muito dolorosa: o primeiro filho viveu escassos meses de vida. Haveria, igualmente, de desfrutar muito pouco tempo da criação da sua segunda filha, a infanta Maria. O nascimento da última filha do rei Venturoso trouxe muita alegria à corte. Particularmente felizes ficaram as infantas Isabel e Beatriz ao serem convidadas para apadrinhar a pequena irmã.

A vida da família real era composta de alegrias e tristezas, de chegadas e de partidas, sendo algumas ditadas por razões de estado. Chegara o tempo de Isabel se separar da sua querida irmã e companheira Beatriz. D. Manuel negociou para a sua segunda filha o casamento com o duque de Sabóia. O monarca não cumpria a vontade da sua esposa exarada em testamento, uma vez que o noivo não era rei nem filho de rei. A aliança era, no entanto, estrategicamente conveniente para os interesses da coroa portuguesa no espaço mediterrânico.

O casamento foi celebrado com grandiosas festas e saraus, rituais simbólicos que expressavam a grandeza do rei de Portugal, bem como do vasto império que senhoreava, sendo dirigidos aos portugueses,

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

mas sobretudo aos estrangeiros atraídos pelo comércio, ou pela espionagem, a Lisboa.

A numerosa frota que levou Beatriz rumo a Nice em 9 de Agosto de 1521 tinha igual espectacularidade. Em Belém, D. Manuel e Isabel despediram-se de Beatriz. As circunstâncias da vida haveriam de ditar que o abraço que envolveu os seus corpos fosse o último.

Aproximava-se, no entanto, uma provação ainda maior para a jovem princesa. Em Dezembro, o pai adoeceu, vindo a exalar o último suspiro no dia 13 do mês de Natal. A morte do monarca provocou uma grande consternação, sentimento que Gil Vicente exprimiu nos versos seguintes:

“Choram Duques, Mestres, Condes,
cada um quem mais podia;
os fidalgos e donzelas
muito tristes em porfia;
os infantes davam gritos,
a infanta se carpia;
seus cabelos, fios de ouro,
arrancava e destruía;

D. Isabel de Portugal

seus olhos maravilhosos
fontes d' água parecia”.

Realizados os funerais no Mosteiro dos Jerónimos, a infanta D. Isabel e a rainha D. Leonor recolheram-se ao Convento da Madre de Deus, onde viveram, em ambiente de oração e recolhimento, o luto do seu ente tão querido.

A rainha viúva teria gostado, por certo, de permanecer na corte portuguesa. O destino que lhe foi traçado por D. João III e pelo seu irmão Carlos foi, entretanto, outro. Na sequência de acesos conflitos entre o imperador Carlos V e o rei Francisco I, que desembocaram na batalha de Pavia, ocorrida em Fevereiro de 1525, o monarca francês encontrava-se preso em terras de Castela. Pôs fim ao cativeiro a realização do Tratado de Madrid. Francisco I obrigou-se a restituir a Carlos o ducado de Borgonha, renunciando igualmente às terras de Itália. Por sua vez, o imperador ofereceu ao rei de França a mão da sua irmã Leonor.

Vendo-se compelida, uma vez mais, a assumir um casamento de conveniência política, Leonor sofre um rude golpe. O seu coração ficou, no entanto, mais destroçado ao saber que partiria sozinha. Por decisão de

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

D. João III, a sua filha Maria ficaria na corte portuguesa ao cuidado da sua madrinha Isabel, circunstância que, apesar de tudo, terá minorado o sofrimento da jovem viúva e mãe.

Após a morte do pai, D. João III deu prioridade ao seu casamento. Neste sentido, deu orientações aos seus embaixadores para negociarem uma aliança matrimonial com os embaixadores de Carlos V. A escolha recaiu em Catarina, a filha mais nova de Joana a Louca, criada em Castela com a mãe.

O casamento de D. Isabel de Portugal com “o maior príncipe da cristandade”

Chegara, entretanto, o tempo de cumprir o destino da infanta Isabel, de proceder às negociações finais para o seu casamento com Carlos V, união anunciada por cronistas e poetas. Como já referimos, na crónica de Damião de Góis encontramos a primeira referência ao sonho atribuído à jovem menina de não casar senão com o maior senhor da Cristandade. Por sua vez, Jerónimo Osório, refere que a senhora, “de egrégia formosura, e de muitas virtudes adornada”, aspirava a “grandeza de alto estado”, afirmando constantemente que se casaria apenas com príncipe “preexcelso” da cristandade.

Por sua vez, Gil Vicente, em 1514, (tinha então Isabel 11 anos), na obra *Tragicomédia da Exortação da Guerra* já lhe vaticinava o estatuto de imperatriz:

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

“Por vós mui fermosa flor,
infante Dona Isabel,
Foram juntos em torpel,
Permandado do Senhor.
O céu é sua companha,
E julgou Júpiter juiz
Que fosseis Imperatriz
De Castela e Alemanha”.

Na voz de cronistas e poetas ecoa um propósito que o rei D. Manuel claramente explicita no seu testamento nas palavras dirigidas a D. João III: “muito rogo e encomendo ao dito príncipe meu filho que tome grande e especial lembrança de se acabar o casamento da infante D. Isabel sua irmã com o imperador, no qual ele sabe quanto tenho até aqui trabalhado e quanto o desejo; e como, além de muito me prazer disso pelo da infante minha filha a quem eu tenho muito grande amor, por ela me pedir também, folguei e folgará de se fazer, e nisto trabalhar para se concluir e acabar (e queira dar tal dote com que se acabe), não sendo, porém, salvo aquele que seja justo e honesto, e com que será fazenda

D. Isabel de Portugal

com que o Reino possa, trabalhando quanto nele for por se acabar, e muito lhe encomendo”.

Das palavras do monarca deduz-se que as negociações no sentido de concretizar a vontade da princesa e do pai (e eventualmente o interesse do Reino também) já estariam em curso, faltando acertar o montante do dote colocado por Carlos V num patamar excessivamente elevado.

Com efeito, as relações entre D. Manuel e Carlos V eram muito estreitas, tendo colaborado activamente o monarca português na defesa dos interesses do seu poderoso sobrinho coroado imperador da Alemanha, em 23 de Outubro de 1520, na catedral de Aquisgrán, mandada construir por Carlos Magno. Com a eleição para o trono imperial, para a qual muito contribuíra a diplomacia portuguesa, Carlos V acumulava as heranças europeias das casas de Áustria, Borgonha, Aragão, Castela e as terras espanholas no Novo Mundo tornando-se assim, como já foi referido, senhor de um território “onde o sol não se punha”.

A aura de grandeza do rei Carlos I de Espanha e V imperador da Alemanha não ofuscava, porém, os olhos dos seus súbditos da Península Ibérica, que se viam como meros contribuintes de uma política imperial virada para o centro da Europa, de resultados incertos e com a qual muitos não se

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

identificavam. A expressão clara do descontentamento manifestou-se em revoltas urbanas, denominadas *Comuneros* em Castela e *Germanias* em Valência, que ocorreram ao longo do ano de 1520. Perante um ambiente de desordem do povo, acicatado pelos poderosos que actuavam nos bastidores, sempre temido pelo poder, D. Manuel socorreu o sobrinho com uma ajuda financeira aplicada na repressão dos povos insubmissos.

A pacificação efectiva dos reinos de Castela e Aragão implicava, no entanto, a criação de vínculos entre o monarca e o seu povo, laços que poderiam decorrer da ligação afectiva com a mulher que Carlos escolhesse para sua esposa. D. Isabel de Portugal configurava-se, neste contexto, como a pessoa “perfeitíssima”. Em primeiro lugar, destacavam-se as estreitas relações de parentesco com a corte espanhola, nomeadamente o facto de D. Isabel de Portugal ser neta de Isabel a Católica e filha de D. Maria, rainha que assimilara, de forma singular, a postura e os valores da emblemática rainha de Castela. Em segundo, o facto de a princesa dominar a língua, a cultura e os costumes castelhanos, circunstância que a tornava particularmente apta para interpretar os interesses de Castela, bem como para contribuir para a “hispanização” de um rei formado nos costumes e valores dos países nórdicos. Em terceiro lugar,

D. Isabel de Portugal

vinham as razões de natureza estratégica: a pretendida noiva era filha de um rei que partilhara com Castela a aventura dos descobrimentos. As relações de parentesco entre as monarquias peninsulares eram favoráveis à concertação de esforços no sentido da prossecução de interesses comuns: favoreciam um reforço das relações de amizade e a consequente resolução pacífica de problemas numa conjuntura propícia a situações de colisão. Tratando-se do casamento de D. Catarina, irmã de Carlos V, com D. João III, os conselheiros deste soberano consideraram que uma nova aliança, para além das “antigas razões e parentescos” havida entre os dois príncipes, seria um “meio seguríssimo para se refrearem e reprimirem algumas diferenças que se receava poderem recrescer entre eles em relação à demarcação da conquista”.

Portugal e Espanha tinham já dividido as conquistas no Tratado de Tordesilhas. Mas se era fácil registar por escrito o espaço que a cada um pertencia, tornava-se difícil situar no mapa, e medir com precisão, uma ilha que aparecia na imensidão dos mares desconhecidos. Esta dificuldade avolumava-se quando na ilha, ou ilhas, se colhiam produtos que eram pagos a peso de ouro na Europa. Assim aconteceu com as Molucas. Fernão de Magalhães, experimentado marinheiro português nos mares

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

do Oriente, ressentido por não ver recompensados pelo rei os seus serviços, ofereceu-os a Carlos V. Contornou a América do Sul e atravessou o Pacífico. Depois de uma atribulada viagem, que levou à morte do próprio comandante, parte da expedição chegou às ilhas Molucas. Esta viagem provocou uma profunda controvérsia entre a corte de Carlos V e a do seu cunhado. A questão foi objecto de difíceis e demoradas negociações entre a diplomacia portuguesa e espanhola, perante a hesitação dos astrónomos na localização das ilhas. Pôs termo a esta complexa questão um acordo assinado pelos representantes dos dois monarcas em Saragoça em 22 de Abril de 1529. A Espanha desistiu do seu direito às ilhas mediante o pagamento, por Portugal, de 350 mil ducados de ouro. Para que se chegasse a um consenso interviria a imperatriz Isabel.

A posição geográfica de Portugal e Espanha, bem como o seu empenhamento na empresa dos Descobrimentos, exigiam, igualmente, conjugação de esforços contra inimigos comuns, nomeadamente contra a pirataria que afundava barcos no Mediterrâneo e no Atlântico. Quando se acordou o casamento de D. João III com D. Catarina, os embaixadores comprometeram-se a ajudar-se mutuamente na defesa dos “seus próprios estados” em Espanha e em África.

D. Isabel de Portugal

Reuniam-se, assim, todas condições para acelerar o processo de negociação do casamento. O mais difícil era reunir o montante elevadíssimo exigido para dote. Neste sentido, D. João III reuniu Cortes em Torres Novas e obteve o assentimento do povo para o pagamento de novos impostos num montante de 150 mil cruzados cobráveis em dois anos. O povo fazia mais um sacrifício para que se cumprisse uma das últimas vontades de um rei lembrado como homem generoso.

Em 17 de Outubro de 1525, celebrou-se o acordo matrimonial. O documento foi redigido na presença de António de Noronha, escrivão da pureza e de Pedro Correia do Conselho Régio. Da parte espanhola, participaram como procuradores Juan de Zuniga e Carlos Popet.

Para além do montante do dote, acordou-se que Carlos V satisfaria os custos da obtenção da dispensa papal, exigida devido aos estreitos laços de parentesco existentes entre os noivos, e que D. João III enviaria a irmã até à fronteira de Elvas, Serpa ou Moura, até finais de Novembro. O dote concertado (ou imposto) foi no valor de 900 mil dobras de ouro, um montante nunca anteriormente pago. Deste quantitativo seria, no entanto, descontado o dote de 200 mil dobras que o imperador prometera pelo casamento de D. Catarina, bem como um

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

empréstimo feito por D. Manuel a Carlos V aquando do levantamento dos *comuneros* em Castela.

Por sua vez o imperador, comprometeu-se a dar arras à infanta Portuguesa no valor de 300 mil dobras e mais 40 mil consignadas nas rendas de cidades e vilas, montante destinado a sustentar a Casa da Rainha. Posteriormente, foram acrescentadas mais 10 mil dobras pagas pelo almoarifado de Sevilha.

A infanta D. Isabel aceitou os termos do contrato no dia 18 de Outubro de 1525 perante os embaixadores espanhóis, na presença do bispo de Lamego, D. Fernando de Vasconcelos.

Obtida a dispensa papal, celebrou-se a cerimónia de “recebimento por palavras de presente”, no Palácio de Almeirim na noite do dia 1 de Novembro de 1525. A sala estava decorada com uma riquíssima tapeçaria de ouro e seda, com um rico dossel de brocado de pêlo, sob o qual se colocaram de um lado a noiva, acompanhada do rei D. João III, e da rainha D. Catarina. Do outro, encontrava-se o procurador que Carlos V designara para a celebração do acto, o seu mordomo-mor e embaixador Carlos Popet. D. Fernando de Vasconcelos, bispo de Lamego e capelão-mor do Reino, recebeu o juramento dos esposos. O casamento, por procura-

D. Isabel de Portugal

ção, de Carlos V, realizou-se em Toledo numa cerimónia simples, sendo testemunhado pelo embaixador português Azevedo de Sousa Coutinho.

O casamento da princesa, considerada a mais bela do seu tempo, foi comemorado com um vagaroso sarau que se prolongou pela noite dentro com muita música e danças. Segundo Francisco de Andrada, cronista de D. João III, a infanta assistiu à cerimónia, sentada num estrado no meio do irmão João e da cunhada Catarina. Durante a animada festa, a imperatriz dançou com a rainha; o rei com D. Ana de Távora. Os infantes D. Luís e D. Fernando “com as damas de que mais se contentaram”.

Gil Vicente terá apresentado a tragicomédia Dom Duardos que celebra os amores do príncipe da Inglaterra, com a formosa Florida, filha do imperador de Constantinopla.

No dia seguinte, realizou-se um lauto banquete, composto de variadas iguarias, para o qual o rei convidou os infantes D. Afonso, D. Luís e D. Fernando e os embaixadores espanhóis, Charles de Poupet e Juan de Zuñiga, que se sentiram muito honradas com tão elevada distinção.

Tendo parecido insuficiente aos teólogos portugueses a dispensa de parentesco, atendendo aos estreitos laços familiares que uniam os noivos, solicitaram outra a Roma. Quando chegou o breve pontifício, repetiram-se

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

os esponsais no Palácio de Almeirim. A festa, realizada em 20 de Janeiro de 1526, contou, agora, com a apresentação da comédia “Templo de Apolo” de Gil Vicente, na qual o poeta manifestou a consagração dos interesses de Castela nos versos seguintes:

“Pardeos, bem andou Castela
pois tem Rainha tão bela,
Muito bem andou Castela
e todos os Castelhanos,
pois tem Rainha tão bela
Senhora dos Romanos.
Pardeos bem andou Castela
com toda a sua Hespanha
Pois tem Rainha tão bela
Imperatriz de Alemanha.
Muito bem andou Castela
Navarra e Aragão,
pois tem Rainha tão bela
e duquesa de Milão.

D. Isabel de Portugal

Pardeos bem andou Castela
e Sicília também,
pois tem Rainha tão bela
condessa de Jerusalém.
Muito bem andou Castela,
e Navarra não lhe pesa,
pois tem Rainha tão bela
e de Flandres é duquesa
Pardeos bem andou Castela,
Nápoles e sua fronteira,
Pois tem Rainha tão bela
França sua prisioneira”.

D. João III mandou preparar minuciosamente a deslocação da sua irmã mais velha para Castela, não se poupando a gastos. A princesa partiu de Almeirim, no dia 30 de Janeiro de 1526, num cortejo com o aparato condicente com o estatuto e dignidade da filha do rei Venturoso e da noiva do maior príncipe da Cristandade. A comitiva de gente, ricamente vestida, era numerosa, ostentando riqueza e poder, conforme as lingua-

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

gens do tempo. Por sua vez, dentro dos numerosos baús seguia o seu enxoval com belíssimas peças bordadas pelas delicadas mãos de Isabel, as jóias, algumas herdadas da sua avó Isabel a Católica, bem como os preciosos e elegantes vestidos que haveriam de deslumbrar os castelhanos.

O cortejo caminhava cadenciado pelo toque de charamelas e trompetas que davam o tom de festa tão característico da corte de D. Manuel. D. João III acompanhou a sua dedicada irmã até à Chamusca. Até à fronteira, a família real fez-se representar pelos infantes D. Luís e D. Fernando. Seguiam, igualmente, membros nobreza do Reino, destacando-se, pelo fausto, a comitiva do marquês de Vila Real, D. Pedro de Meneses, que levava um numeroso séquito constituído por gente a cavalo e a pé ostentando vistosas librés. Os duques de Bragança foram despedir-se a Elvas, cidade onde Isabel teve um caloroso acolhimento. A paragem foi aí assinalada com o casamento de uma das damas de Isabel, D. Beatriz de Sá com Pedro Lasso de Vega.

A comitiva feminina da imperatriz era muito numerosa. Algumas damas da sua Casa eram espanholas que tinham vindo nos séquitos das rainhas D. Maria e de D. Leonor. Muitas outras eram portuguesas. As mais jovens almejavam encontrar em Castela “os príncipes encantados” para

D. Isabel de Portugal

casar. Contavam, de antemão, com o dote que lhes seria dispensado pela rainha; desejo que, por certo, se concretizaria reunindo-se as conveniências políticas com as razões amorosas.

De toda a comitiva destacavam-se os seus mais dilectos servidores: as duas grandes companheiras da sua vida: D. Guiomar de Melo, camareira-mor, e D. Leonor de Castro e dois pilares da sua Casa: Rui Teles de Meneses, mordomo-mor, e João de Saldanha que desempenhava as funções de vedor.

A princesa recebeu múltiplas demonstrações de carinho e afectividade dos portugueses ao longo do itinerário que a levou ao Caia, nomeadamente nas localidades em que a comitiva fez paragens: Chamusca, Ponte de Sor (onde se deliciaram com preciosos vinhos), Alter do Chão e Elvas.

À medida que se aproximava da fronteira o cortejo foi-se engrossando com espanhóis. Uns viriam apenas para ver a aparatosa comitiva da rainha, outros teriam ambições mais largas: tentavam uma aproximação ao séquito régio pensando já na possibilidade de fazer parte dos servidores de Sua Alteza Real, ofício rendoso em prestígio e poder para além das compensações monetárias.

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

O ritual de entrega da filha mais querida de D. Manuel ocorreu na fronteira do Caia. Quando chegaram à margem direita do rio, a princesa desceu da liteira e montou numa égua branca. Os portugueses rodearam-na formando um círculo. Entretanto, os infantes mandavam recado aos espanhóis dizendo-lhes que podiam aproximar-se. Entre música de atabales, charamelas e trompetas aproximaram-se os Grandes de Espanha: o duque de Béjar, o conde de Aguilhar e três filhos do duque de Medina Sidónia. A seguir, entrou o séquito do Arcebispo de Toledo e, por fim, a casa do duque de Calábria com D. Fernando de Aragão. Apearam-se das suas cavalgaduras e foram beijar a mão de D. Isabel de Portugal. Em seguida, dirigiram-se aos infantes e pediram-lhe a mão da irmã. Depois de apresentadas e lidas as credenciais, o infante D. Luís entregou as rédeas da égua que transportava Isabel ao duque de Calábria. Ouviu-se, então, um estrondo de trompetas e uma forte ovação dos presentes.

Para Isabel chegara a hora dolorosa da despedida dos seus dilectos irmãos que vira nascer e crescer. Os infantes, em sinal de cortesia, fizeram o gesto de lhe beijar as mãos. Mas Isabel optou por um abraço fraterno. Do infante Fernando despedia-se pela última vez. O irmão Luís

D. Isabel de Portugal

teria o enorme gosto de o ver, nove anos depois, quando passou por Madrid no seu regresso da batalha de Tunes.

D. Isabel de Portugal tinha então 22 anos, vividos em caloroso ambiente familiar, rodeada de amas e de servidores fieis, numa faustosa corte renascentista onde pontuavam cortesãos e homens de cultura. Os seus dias tinham-se até aí ordenado numa cadência regular e organizada, divididos entre pequenos passeios de lazer, trabalhos de mão executados com esmero e leituras de livros ricamente iluminados.

Ao passar o Caia, observava, pela primeira vez, terras de que já ouvira falar em relatos transmitidos pela sua mãe e pelas amas espanholas da sua corte. Não se sentia em terra estranha. Os caminhos que começava a trilhar iriam, no entanto, trazer-lhe muitas alegrias, mas também muitos cansaços, angústias e incertezas.

Ao longo da sua vida, o imperador não deixaria de a surpreender. A primeira surpresa colheu-a mal pôs os pés em Castela. A celebração das cerimónias do casamento estava previstas para Toledo. De repente, chegaram correios, trazendo a ordem imperial para que a comitiva rumasse para a cidade andalusa de Sevilha. O imperador, que se encontrava em difíceis negociações relacionadas com a prisão em Castela do rei Francisco

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

I, aconselhou, ainda, que a comitiva caminhasse devagar; oportunidade para que ao séquito real se juntasse uma numerosa multidão. Nas palavras de Mazario Coletto a fama da formosura de Isabel correu “como fio de pólvora” por toda a Castela, vindo, assim, de todas as partes pessoas para ver a bela princesa bem como a sua majestosa comitiva.

A primeira grande recepção ocorreu em Badajoz. Esperavam a rainha, à entrada da urbe, as autoridades locais que, depois de a saudarem, a conduziram para a Sé Catedral, debaixo de um pálio feito de tela de ouro, forrado de cetim carmesim. Na porta, aguardava-a o bispo de Palência. Isabel entrou no templo, ajoelhou-se e rezou junto do altar-mor; ouviu as orações do bispo e recebeu a sua bênção. A cerimónia foi acompanhada por um grupo de bons cantores. Regressou, em seguida, à comitiva tendo a oportunidade de apreciar um arco triunfal erguido em sua honra.

E a viagem lá foi prosseguindo, a passo lento e cansativo, para quem não estava habituada a longas jornadas. O cansaço, e eventual desânimo, era entretanto mitigado com a leitura das cartas que D. João III lhe enviava dando-lhe notícias de Lisboa. A que mais a alegrou foi a do nascimento do infante D. Afonso. Apesar de estar em viagem, deu ordens para que se celebrasse o nascimento do sobrinho, considerado à altura o príncipe her-

D. Isabel de Portugal

deiro. Encontrados os aposentos condignos, realizou-se um demorado serão, não tendo havido danças pelo facto de a casa ser pequena. A imperatriz compareceu na cerimónia com um magnífico vestido branco que deslumbrou a sua comitiva, em especial o marquês de Vila Real que terá aconselhado D. Isabel a usá-lo no primeiro encontro com o imperador.

Os tempos mais felizes: a estadia em Sevilha e Granada

A imperatriz chegou a Sevilha a 5 de Março. A viagem demorara mais de um mês. Instalou-se no majestoso Palácio Real de Alcázar, onde aguardou, com conforto, a chegada do desejado noivo.

O longo tempo de espera permitiu às autoridades sevilhanas vestir a cidade com um cenário grandioso. A decoração mais deslumbrante, e simbolicamente mais expressiva, era constituída por sete arcos triunfais, “de grande custo e arte”, colocados nos principais lugares da cidade. Prudêncio Sandoval registou na crónica, dedicada aos feitos de Carlos V, uma descrição minuciosa destes elementos figurativos: o primeiro arco erguia-se na porta da Macarena, sendo dedicado à Prudência; o segundo, levantado junto à Igreja de Santa Maria, celebrava a Fortaleza; o terceiro, colocado em São Marcos evocava a Clemência; o quarto, erguido Junto à Igreja de Santa Catarina era dedicado à Paz; o quinto, levantado em Santo

D. Isabel de Portugal

Isidoro celebrava a Justiça; o sexto, colocado na Igreja do Salvador celebrava as três virtudes teológicas: fé, esperança, caridade; por fim, o sétimo, colocado à entrada da catedral, celebrava a Glória. A imagem de Isabel figurava na cena principal deste arco .

A alegoria simbólica vertida nos arcos triunfais exaltava as virtudes e as grandezas do imperador. A figura da imperatriz não foi esquecida pelos construtores do espectáculo celebrativo do rei das Espanhas e imperador da Alemanha, mas como afirma António Villacorta, a sua representação ficava-se por “uma sombra ao lado do esposo”; a sua personalidade diluía-se ao seu lado. O palco da vida haveria de demonstrar que D. Isabel de Portugal sabia traduzir em práticas as virtudes atribuídas ao imperador.

A 10 de Março, chegou por fim Carlos V. As fontes da época referem que o imperador ficou deslumbrado ao ver a noiva, tendo querido casar logo nessa noite. Isabel terá igualmente ficado bem impressionada com o noivo. Carlos V era um jovem com 26 anos, elegante, nariz aquilino e olhar muito vivo. Deixara crescer a barba, disfarçando assim o prognatismo que lhe afeiava o rosto.

O cardeal delegado do papa presidiu à cerimónia do casamento, na presença dos Grandes e Prelados. Apadrinharam os noivos o duque de

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

Calábria e D. Ângela Fabra, condessa de Faro e camareira da imperatriz. Depois da meia-noite, o Arcebispo de Toledo celebrou uma missa. No final da cerimónia, os noivos apaixonados recolheram-se aos seus aposentos, tendo-se levantado, no dia seguinte, a horas tardias, conforme testemunham os embaixadores.

O ambiente de felicidade foi, entretanto, ensombrado pela morte da irmã de Carlos V, a rainha da Dinamarca. Por este motivo, as grandiosas festas do casamento foram adiadas para meados de Abril, celebrando-se então grandes torneios com justas e jogos de canas. O ambiente festivo culminou com o casamento do duque de Calábria com D. Germana de Foix, apadrinhado pelos imperadores.

A beleza da princesa conjugada com o interesse político da união suscitou muito contentamento nos povos. “A Imperatriz pareceu a todos uma das mais formosas princesas que havia no mundo, como era na verdade, para além de dotada de singular formosura e bondade de ânimo”, dizem fontes coevas.

A princesa deslumbrou, de facto, o jovem imperador que lhe deu como divisa “as três graças”, símbolo da beleza, do amor e da fecundidade gravado no reverso de uma medalha da imperatriz da autoria de Leone Leoni.

D. Isabel de Portugal

Em carta dirigida a D. João III , em 17 de Março de 1526, o marquês de Vila Real informava que Carlos V lhe havia transmitido a profunda amizade que sempre sentira pelo seu cunhado. Porém, agora “vista a pessoa da Imperatriz” confessava acentuar-se o seu “contentamento”, reconhecendo dever muito mais ao monarca português.

O enamoramento entre Carlos e Isabel expressava-se nas palavras e nos gestos. Passavam o tempo a falar e a rir. O ambiente de felicidade do jovem casal agradava, de forma particular, aos embaixadores portugueses que tinham acompanhado a filha de D. Manuel a Sevilha. Por razões afetivas e políticas. Em 14 de Abril de 1526, António de Azevedo Coutinho comunicava a D. João III que o imperador andava muito “enamorado” da imperatriz e comentava: “praza a Deus que assim seja sempre, a fim de que vossa alteza seja melhor servido nesta terra”. Os representantes portugueses estavam incumbidos de tratar das formalidades do casamento, nomeadamente do pagamento do dote, e encetar diligências no sentido da resolução do problema das Molucas.

As altas temperaturas registadas em Sevilha levariam, entretanto, a comitiva régia a procurar um clima mais ameno na cidade mourisca de Granada, onde estiveram de Junho a Novembro de 1526. No esplendoroso

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

Palácio de Alhambra, com vista para a Serra Morena, Carlos e Isabel passaram dias inesquecíveis. Os amplos salões do palácio acolheram uma corte renascentista onde pontuaram cortesãos ciosos de fama e glória e grandes vultos da cultura europeia do tempo. Entre muitos, destacava-se Baldassare Castiglione, nomeado por Clemente VII núncio apostólico na corte de Carlos V. Este eminente homem do renascimento encontrou em Granada o poeta e tradutor Juan Bóscan que viria a traduzir para espanhol o livro “O cortesão”, um manual de civilidade destinado a servir de modelo ao cavaleiro renascentista. Outro vulto que pontuou nesta corte das letras foi Andrea Navagero, embaixador da República de Veneza que viera a Espanha para negociar a libertação de Francisco I. Num tempo de enamoramento, Garcilaso de la Vega conheceu Isabel Freire, uma jovem do séquito de Isabel, cuja beleza haveria de inspirar os seus poemas.

Em Alhambra, Carlos e Isabel tiveram a oportunidade de fruir gostos e prazeres comuns. O convívio com homens de letras e o gosto pela música uniam profundamente os jovens amantes que partilhavam igualmente uma religiosidade profunda. Na cidade mourisca, praticaram a fé, que lhes tinha sido transmitida desde tenra idade por homens da igreja,

D. Isabel de Portugal

no recolhimento do seu quarto e em cerimónias públicas realizadas em igrejas e conventos.

Os bosques situados à volta de Granada reuniam igualmente todas as condições para o exercício de um dos desportos favoritos de cavaleiros e reis: a caça. Um dia, Carlos embrenhou-se pela floresta e perdeu-se. Entretanto, caiu a noite. Ao ter conhecimento do desaparecimento do esposo, Isabel agiu de imediato no sentido de lhe dar pontos de referência: ordenou que todos os sinos das igrejas tocassem a rebate e mandou fazer fogueiras para iluminarem a cidade. O jovem imperador teve, entretanto, a sorte de ter encontrado um mourisco que o conduziu à companhia da sua ansiosa esposa.

A lua-de-mel dos imperadores em Granada haveria de ficar simbolicamente ligada ao cultivo, nos magníficos jardins do Palácio de Alhambra, de umas flores de origem persa, os famosos *claveles* (cravos). Quando as sementes floresceram e delas brotaram flores, o apaixonado noivo terá colhido uma para eventualmente embelezar os cabelos da sua bela esposa.

A estadia em Granada agradara tanto ao noivos que decidiram remodelar uma parte do Palácio de Alhambra, a fim de construir aposentos para o rei e para a rainha. O rumo das vidas de Carlos e Isabel não lhes

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

permitiria cumprir a promessa de voltar ao espaço onde passaram os dias mais felizes e irrepetíveis das suas vidas.

Devido a diversos acasos da fortuna, ou uma bem conseguida política de casamentos, Carlos V herdou uma gigantesca herança territorial composta por: Países Baixos, Áustria, Alemanha e os reinos espanhóis com as suas possessões em Itália, Norte de África e nas Índias. A política imperial do sobrinho de Margarida de Áustria orientou-se sobretudo para o coração da Europa, onde brotavam incessantes focos de conflito. O rei de França, Francisco I, revelara-se um monarca não confiável e incumpridor da palavra dada. Após ter acordado, no Tratado de Madrid (1525), restituir a Carlos V o ducado de Borgonha, renunciando igualmente às terras de Itália, formou a liga Clementina (1526) com o duque Sforza de Milão, Florença e Veneza, aliando-se ainda a Clemente VII.

O papa sofreria, em breve, uma suprema humilhação. Tropas amotinadas do imperador saqueiam Roma (1527) obrigando o sumo pontífice e os cardeais a refugiarem-se no Castelo de Santo Ângelo. Carlos V reprova o acto, que Isabel recebe com profunda consternação.

Por sua vez, os turcos invadiam a Hungria (1526). O cunhado de Carlos V morre deixando a sua irmã viúva apenas com 21 anos. Os domínios

D. Isabel de Portugal

da Casa de Áustria, situados no coração da Europa sentem-se ameaçados, bem como toda a cristandade. Outra frente de batalha para o imperador católico situava-se na Alemanha, sendo constituídas pelas ideias “subversivas” que Lutero difundia através dos seus célebres sermões.

Neste contexto, o célebre cavaleiro do Tosão de Ouro, começou a sentir um forte chamamento no sentido de defender e consolidar a “*respublica christiana*”. E definiu as suas estratégias. Encetou diligências no sentido de ser coroado por Clemente VII, momento grandioso que lhe conferia legitimidade para a luta contra heréticos e infiéis, condicionando, ao mesmo tempo, a acção do papa que já se revelara menos confiável que o seu antecessor, o papa Adriano VI.

As campanhas europeias, que se previam longas, necessitavam de muito dinheiro para sustentar as estadias da imensa comitiva do imperador, bem como as eventuais batalhas diplomáticas e bélicas. Para obter financiamento, Carlos V convoca Cortes a realizar em Valladolid no dia 25 de Janeiro de 1527.

Carlos V escolheu como divisa a expressão “*Plus ultra*” (mais além), associada ao emblema que representava as colunas de Hércules. Esta simbologia decorre dos ideais cavaleirescos, sendo ainda uma alusão aos

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

feitos heróicos dos espanhóis que lhe permitiram ultrapassar o estreito de Gibraltar. As conquistas na América significavam, sobretudo, para o imperador os pilares financeiros das suas aventuras europeias.

Quando saiu de Granada em direcção a Valladolid com o seu filho a movimentar-se no seu ventre, D. Isabel de Portugal mal imaginava que aquela viagem constituía o início de uma vida itinerante ao sabor do voluntarismo fervoroso do seu apaixonado noivo. O primeiro sinal foi dado pelos correios que trouxeram a notícia de não existirem naquela que era a segunda cidade mais importante de Espanha, a seguir a Toledo, instalações adequadas para albergar os séquitos das duas Casas, a do imperador e a da imperatriz. Por esse motivo, a comitiva de Isabel permanece algum tempo em Toledo, aguardando que se criassem as condições para a sua em instalação em Valladolid.

O nascimento do príncipe herdeiro e da infanta Maria

O nascimento da criança gerada em Granada ocorreu em 21 de Maio de 1527. O evento foi registado pelas crónicas régias que evidenciaram a forma como a imperatriz se comportou no parto. A condição de rainha implicava que a sua vida estivesse sujeito a uma permanente exposição pública, sendo, os nascimentos e as mortes das figuras régias assistidos pelos membros da corte.

Isabel fora educada pela sua austera mãe, filha de Isabel Católica, a ocultar todos os sentimentos que pudessem ser interpretados como fragilidades humanas não condicentes com a imagem de firmeza e força configuradora da postura régia. Chegara o momento de ocultar as dores do parto, pondo, assim, à prova a sua resistência física. Com esse objectivo, preparou o cenário: ordenou às aias que apagassem os candelabros;

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

mandou colocar no seu rosto um lenço para impedir que se tornassem visíveis as expressões de dor; cerrou a boca para que se não soltasse qualquer gemido e ao apelo da parteira para que gritasse terá respondido na língua materna: “Não me faleis tal, minha comadre, que eu morrerei mas não gritarei”.

Sem gritos nem gemidos deu á luz um filho varão, a quem foi dado o nome de Filipe, em homenagem ao avô paterno, Filipe o Formoso.

Carlos V acompanhou o parto e chorou de alegria ao ver que a sua amada esposa lhe dava um sucessor. A observação do comportamento de Isabel, num momento tão difícil, contribuiu para reiterar a sua convicção de que a sua companheira para além de uma fecunda esposa, era uma colaboradora firme a quem podia confiar os assuntos da governação dos reinos peninsulares.

A notícia do nascimento do príncipe herdeiro correu pelas cidades de Espanha, provocando uma onda de contentamento, expressa em manifestações populares nas ruas e celebrações litúrgicas de acção de graças.

O “príncipe da cristandade” começou, de imediato, a preparar a entrada do seu filho na comunidade cristã com uma cerimónia imponente. O elemento mais espectacular do cenário foi um passadiço, que

D. Isabel de Portugal

ligava o palácio onde o menino tinha nascido à Igreja de São Paulo, construído em madeira, revestida de tapetes e telas, e decorado com vários retábulos e arcos de onde pendiam flores.

O príncipe herdeiro foi baptizado, em 5 de Junho, recebendo a água purificadora numa pia baptismal de prata maciça. Foram padrinhos o duque de Béjar e o conde Nassau e madrinha a rainha de França D. Leonor. Presidiu à cerimónia o arcebispo de Toledo, D. Alonso de Fonseca.

No final da cerimónia, o menino foi levado pela tia Leonor à mãe que o aguardava ansiosamente no seu quarto. Segundo impunham os costumes, Isabel manteve-se recolhida durante quarenta dias. Aproveitou o repouso para agradecer as muitas cartas de felicitações pelo nascimento do príncipe herdeiro.

Passado o tempo de recuperação, saiu do palácio para assistir a uma missa de acção de graças. Deslocou-se montada numa égua branca, vestindo um magnífico traje de veludo branco “à moda portuguesa”. A rainha de Espanha e imperatriz da Alemanha apresentava-se com um porte altivo, suavizado por uma delicadeza feminina.

O baptismo do príncipe herdeiro ficou registado nos anais da cidade de Valladolid como um tempo em que se realizaram grandiosas festas

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

com justas e jogos de canas que duraram vários dias, atraindo muita gente à cidade.

A aglomeração de pessoas ocasionou um surto de peste, o que levou a corte a deslocar-se para Palência, em finais de Agosto. Seguiram depois para Burgos. Em Abril de 1528, já estavam em Madrid onde se realizaram Cortes para juramento do príncipe herdeiro. O menino, que tinha então onze meses, participou na cerimónia ao colo de sua mãe. Em seguida, celebraram-se Cortes em Saragoça onde o Filipe foi, igualmente, jurado herdeiro do Reino de Aragão.

Entretanto, Isabel voltou a Madrid instalando-se no Palácio de Alcázar. Já estava de novo grávida de uma menina, que nasceu no dia 21 de Junho de 1528. Recebeu o nome da avó materna, Maria. O pai não assistiu ao parto. Encontrava-se em Aragão a ultimar os preparativos para a concretização do seu mais urgente sonho, ser coroado pelo papa. Os cronistas do tempo não dedicaram ao nascimento de Maria a atenção prestada ao seu irmão Filipe. Isabel começava a habituar-se a viver os fortes momentos de alegria e de dor do nascimento dos filhos sem ter o esposo por perto, continuando, no entanto, a demonstrar uma resistência física própria de uma lutadora.

D. Isabel de Portugal

O casamento de Maria com o imperador Maximiliano II da Alemanha, que lhe conferiu o estatuto de imperatriz, bem como a sua obra, destacando-se a fundação, em Madrid, do Mosteiro das Descalças de Santa Clara, haveria de suscitar a admiração de biógrafos, nomeadamente de Rodrigo Mendes de Silva, escritor natural de Celorico da Beira, residente ao tempo na corte de Madrid, que lhe dedicou um livro intitulado: “Admirable vida y heróicas virtudes de la esclarecida Emperatriz Maria”.

A preparação das regências de D. Isabel de Portugal

Conforme já foi referido, um dos factores que levaram os Grandes de Espanha a defender junto do imperador Carlos V o seu casamento com D. Isabel de Portugal foi o facto encontrarem na princesa portuguesa o perfil adequado para assumir o estatuto de educadora de um futuro príncipe herdeiro de Castela, bem como para assumir o papel de hispanização do jovem rei que revelava muitas dificuldades em interpretar e defender os interesses da governação peninsular. Por sua vez, na decisão de Carlos V de casar com a sua prima, terá pesado o vultuoso dote que lhe permitia suavizar os problemas financeiros da sua dispendiosa corte e aventureira política, mas também a percepção de que encontraria na sua prima a mulher adequada para o substituir no governo de Castela, enquanto concretizava o seu sonho de assumir o

D. Isabel de Portugal

papel de príncipe da cristandade, que o levaria a estadias longas em terras da Flandres, Itália e da Alemanha.

As primeiras conversas com a sua esposa reafirmaram-lhe a convicção de ter assumido a opção certa. Desse facto, deu conta ao marquês de Vila Real quando lhe transmitiu a sua admiração pela personalidade da imperatriz, solicitando-lhe que transmitisse a D. João III o seu agradecimento por lhe ter dado não apenas “mulher”, mas também “ajudador” (colaboradora). E, em gesto de simpatia, reiterava ter Castela já dois reis. O tempo viria a confirmar os dotes políticos da filha mais velha de D. Manuel, que se foram consolidando e apurando à medida que se envolvia nos assuntos de governação, nos longos períodos de regência.

As capacidades femininas na área do exercício do poder faziam parte da tradição familiar, bastando para isso evocar a personalidade da sua avó Isabel a Católica. O ambiente em que nasceu, e passou a infância e adolescência, terá sido igualmente favorável, a uma audição precoce de conversas sobre assuntos da área da governação. João Paulo Oliveira Costa, na biografia dedicada ao rei D. Manuel, dá conta de uma carta de Afonso de Albuquerque, dirigida ao monarca, em que o célebre governador da Índia se reporta a uma conversa tida “na Câmara de Lisboa, junto com a

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

varanda, estando aí a senhora rainha e a senhora infante vossa filha, junto de vossa cadeira”, pondo a hipótese de esta criança ser a infanta Isabel. Este episódio pressupõe a presença da rainha D. Maria e o seu envolvimento nos assuntos relativos ao Império. Por sua vez, Ana Isabel Buescu, na biografia dedicada a D. João III, confirma esta asserção ao escrever, baseando-se em Gaspar Correia, que D. Maria I era “uma mulher dotada de luz própria, discernimento e razão política, interferindo no quadro das relações ibéricas com os reinos de Castela e Aragão, assistindo e participando de forma activa nos destinos da política portuguesa na Índia, cartecendo-se com Afonso de Albuquerque e envolvendo-se na actividade diplomática com a Santa Sé, no âmbito do sonho imperial de D. Manuel”.

Os testemunhos da época e as teses dos historiadores permitem-nos afirmar que D. Manuel e D. Maria educaram a sua filha mais velha para ser esposa, mãe e governante. A experiência de governo de uma Casa Real começou a adquiri-la aos catorze anos quando o pai a dotou com rendas e servidores anteriormente afectos á sua mãe. Quando D. Isabel se deslocou para Castela fez-se acompanhar dos seus oficiais e criados cujo número aumentou de acordo com as novas exigências da Casa da esposa de um rei que era simultaneamente imperador. A organização e

D. Isabel de Portugal

funcionamento da Casa da imperatriz haveria de suscitar alguns reparos dos castelhanos, por considerarem excessivo o número dos servidores e elevadas as suas remunerações.

O cerimonial da corte da rainha, nomeadamente, o serviço à mesa distanciava-se, igualmente, do modelo austero da casa da Isabel Católica por envolver demasiados moços de câmara, sendo alguns muito jovens. Em sentido oposto, a cavaliçã real era pobre não sendo compatível com a grandeza da Casa.

O problema maior residia, entretanto, nos mais directos colaboradores da rainha e seus principais conselheiros, que eram portugueses. Foi, assim, necessário propor a D. Isabel a remodelação da sua Casa, proposta que foi aceite atendendo às razões de estado. O dedicado servidor Rui Teles de Meneses que acumulava as funções de mordomo-mor, vedor da Fazenda e governador da Casa foi substituído por D. Francisco de Zuñiga, III conde Miranda, um homem da total confiança de Carlos V, que fazia igualmente parte do Conselho de Estado. Isabel, num primeiro momento terá lamentado o afastamento de Rui Telles. Haveria, no entanto, de estabelecer uma relação muito amigável com o novo mordomo-mor, em quem depositava o governo da sua Casa com toda a confiança.

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

Constitui-se, ainda, um Conselho da Casa presidido pelo bispo de Zamora e formado por vários fidalgos espanhóis. Esta reorganização sacrificou igualmente João de Saldanha, que até aí exercera funções de vedor da Casa. Quanto às colaboradoras mais directas da imperatriz, mantiveram-se a camareira-mor, D. Guiomar de Melo, e as camareiras D. Isabel Fernandes de Magalhães (ama de Isabel) e D. Ângela Fabra (acompanhante da rainha), tendo-se nomeado a marquesa de Aguiñar e a condessa de Osorno para acompanhar o príncipe e D. Maria Manuel para assumir o cargo de Guarda de Damas. Gerava-se, assim, um equilíbrio entre as servidas portuguesas da afeição da rainha e as que tinham como principal papel disciplinar a vida da Casa de acordo com os usos de Castela.

Com o tempo, os filhos e as filhas da nobreza castelhana foram consolidando posições na Casa da imperatriz, obtendo benesses que lhes permitiam viver conforme os estilos da fidalguia. Por seu lado, Isabel foi procurando recompensar os serviços das suas fieis damas portuguesas propiciando-lhes casamentos com nobre espanhóis. Uma delas foi D. Leonor de Castro que contraiu matrimónio com o filho primogénito do duque de Gandia. Como “prenda” de casamento, ao noivo foi atribuído o cargo de cavaleiro-mor e, a ambos, o título de marqueses de Lombay.

D. Isabel de Portugal

A única instituição da Casa da imperatriz que não sofreu alteração foi a Capela em que se manteve como capelão-mor Pedro Alvares da Costa e D. Álvaro Rodrigues, deão da capela e sacristão-mor, mestre de primeiras letras da imperatriz. Segundo Villacorta “a capela ocupava um protagonismo central na Casa, com mais de vinte capelães, um confessor e um número considerável de moços de capela, com um significativo plantel de músicos e cantores para as solenidades do culto religioso”. Entre os músicos destacava-se o célebre organista António de Cabezón, cego de nascimento, e Francisco de Soto, clavicordista. Estavam sempre presentes na missa que se realizava nos dias festivos. Poderiam igualmente tocar nos aposentos reais como músicos de câmara, deleitando os ouvidos de Isabel e suavizando-lhe os dias amargos da ausência do marido.

A governação da imperatriz Isabel

A reorganização atrás referida ocorreu sobretudo entre 1527 e 1529, momento em que Carlos V partiu para Itália. No mesmo período, foram tomadas diversas medidas no sentido de preparar a rainha para a regência, tendo-se elaborado um documento, “Instrução para o governo dos reinos que dá o imperador nosso senhor à sereníssima Imperatriz”, com indicações pormenorizadas sobre o governo do Reino.

No exercício da função de Lugar-Tenente, a imperatriz era assessorada por um Conselho especial formado pelos arcebispos de Toledo e de Santiago (D. Alonso de Fonseca e Juan Tavera, sendo este último o presidente), por D. Francisco de Zuñiga (mordomo-mor da Casa da imperatriz). Este órgão articulava-se com outros, como os Conselhos de Estado e da Guerra.

Ao longo das suas regências, Isabel manteve-se em contacto permanente com o imperador através de uma assídua correspondência. Este núcleo documental publicado, em 1951, por Mazario Coletto permite

D. Isabel de Portugal

apreender os contornos da política imperial de Carlos V, bem como as linhas mestras de governação dos reinos peninsulares a cargo de Isabel. A imperatriz assumiu as funções de regente cerca de seis anos. Entre 1529 e 1533 (coroação de Carlos em Bolonha e guerra contra o turco), 1535-1536 (expedição a Tunes e intervenções em Itália e França), em 1538 (negociações com Francisco I).

Através da leitura desta vasta correspondência concluímos que, como lhe competia, a imperatriz enviava ao imperador informações detalhadas sobre todos os assuntos de governo solicitando, ao mesmo tempo, ordens rápidas no sentido da sua cabal resolução. O seu papel foi, no entanto, muita além da mediação entre as instituições administrativas peninsulares e o monarca: a regente aconselha, apresenta hipóteses de resolução dos problemas, chegando mesmo a emitir diplomáticos reparos quando considera as actuações do imperador imprudentes ou mesmo inadequadas ao bom governo do Reino.

Como mulher profundamente católica, Isabel compreendia os sonhos do seu esposo de se tornar príncipe da Cristandade tendo acolhido, com grande contentamento, a notícia da sua coroação pelo papa Clemente VII. Considerava, igualmente, muito importante para a uni-

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

dade da fé a luta contra a heresia luterana. Dotada de larga visão estratégica, presentia, entretanto, que a divisa do imperador, *Plus Ultra*, sustentava uma ambição desmedida, uma luta impossível de manter, devido à inexistência de condições materiais “para prover em tantas partes”. Perante os insistentes pedidos de dinheiro para sustentar a luta contra os infiéis, lembrava ao imperador “que sempre tenha na memória o muito que é necessário para sustentar estes Reinos e as coisas de África”. Conforme defende António Villacorta, Isabel foi muito mais “rainha de Castela do que Imperatriz do Sacro Império”.

As estadias do imperador no coração da Europa eram um sorvedouro de dinheiro, sendo os pedidos de financiamento uma constante na correspondência mantida entre Carlos e Isabel. Neste campo, a imperatriz demonstra um conhecimento profundo das sensibilidades dos diversos grupos sociais à imposição de novos tributos, advertindo continuamente o imperador sobre as precauções a ter em matéria de lançamento de novos impostos. Aconselhava prudência no pedido de contribuições aos privilegiados, mas também aos lavradores e camponeses.

Isabel Considerava ser “muito santa” a guerra contra o turco e digna de um “príncipe tão católico, que tanta obrigação tinha em matéria de

D. Isabel de Portugal

defesa da cristandade”. Uma ameaça constante que se movia nos mares do Mediterrâneo era, no entanto, o terrível corsário Barbarroxa. A sua fortaleza situava-se em Argel. Por este motivo, como afirma Mazario Coletto, a tomada desta praça constituiu uma “verdadeira obsessão” para a imperatriz. Várias vezes sugeriu ao imperador um ataque a este bastião dos infiéis. Em 1533, tentou convencê-lo dizendo que fazer “a empresa de Argel” seria “um bom remate” para a sua jornada europeia, sendo o custo a seu ver pouco elevado. Em sua opinião, não seriam necessários soldados alemães, bastando cinco mil espanhóis, que se poderiam preparar nos reinos peninsulares. Dizia mesmo que os soldados andaluzes participariam sem soldo na defesa das suas costas.

A conquista de La Goleta e Tunes pelos exércitos comandados por Carlos V (1535) viria a constituir para Isabel motivo de profundo contentamento. Não ficou, no entanto, descansada: o terrível corsário permanecia vivo e refugiara-se em Argel. O poeta Garcilaso de la Vega (que morreria no ano seguinte) não pode, assim, cumprir a missão, que a imperatriz lhe confiara: a de escrever “A relação da batalha em que pereceria Barbarroxa”.

Da sua parte, e na qualidade de regente, tudo fez no sentido da defesa do litoral da Península, bem como das terras do Norte de África das inves-

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

tidas da pirataria. Promoveu a reparação das fortalezas do litoral, nomeadamente as de Fuenterrabía, San Sebastian, Navarra, Perpiñán e Rosellón; diligenciou no sentido da compra de material de guerra. Cuidou do pagamento atempado dos salários aos soldados, de forma especial ao almirante genovês Andrea Dória.

A nível da governação interna, as cartas põem em evidência uma regente profundamente conhecedora dos problemas do governo dos reinos peninsulares e empenhada na sua solução. A sua conduta política, é orientada por dois princípios fundamentais: a afirmação da preeminência régia e da suprema autoridade do monarca, tudo fazendo no sentido de sobrepor o “bem comum” aos interesses particulares, sobretudo dos poderosos, e a construção da imagem de uma rainha considerada mãe dos seus súbditos, depositária e garante da justiça suprema.

Questão de honra para o regente, evidenciando igualmente sentido político, era que as Cortes se reunissem apenas quando o imperador estivesse presente. Em 1531, Carlos V solicitou uma nova contribuição para custear as suas empresas contra os turcos. Inicialmente, Isabel mostrou-se resistente. Atendendo, no entanto, ao objectivo da causa, e ao facto de os Grandes se terem disposto a contribuir com homens e dinheiro acedeu a

D. Isabel de Portugal

presidir às Cortes que se realizaram em Segóvia. Ouvia, entretanto, atentamente todas as petições apresentadas pelos procuradores e transmitiu-as ao monarca, advertindo-o da necessidade de lhes dar uma resposta rápida.

Os atrasos na resposta às cartas suscitavam um profundo desagrado da rainha, não se eximindo de o fazer sentir. Em carta, datada de 9 de Maio de 1531, escrevia: “continuamente tem sido avisado vossa majestade dos assuntos que requerem a vossa presença. E, em alguns casos convinha ao serviço de vossa majestade mandar responder, e até agora desconheço que o tenha feito. Quando vossa majestade for servida de o mandar fazer, cumprir-se-á a ordem que vossa majestade me der”.

A sobreposição dos interesses da coroa aos pessoais foi uma constante na sua conduta. Em 1533, acolheu, com muito entusiasmo, o pedido do imperador no sentido de se deslocar a Barcelona, acompanhada dos seus filhos, para o receber. Não concordou, porém, com a proposta de entregar o governo ao Conselho Régio, alegando que o facto podia transmitir uma imagem de falta de autoridade; e lembrava que os Reis Católicos quando se deslocavam a Andaluzia ou aos reinos de Aragão deixavam sempre vice-reis em Castela.

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

Por dever de ofício, D. Isabel foi chamada a intervir nos mais diversificados assuntos revelando na forma como os tratava, para além da faceta política, outros traços da sua personalidade. No exercício das suas funções, tomou medidas que revelaram a sua profunda humanidade, como as que a seguir se descrevem. Quando se realizou o Tratado de Madrid, Carlos V exigiu que o rei de França deixasse dois filhos reféns, em Castela, com objetivo de o obrigar a cumprir o acordo. O não cumprimento das cláusulas do tratado fez com que os jovens permanecessem em cativeiro, vivendo em condições miseráveis. Quando a avó, D. Luísa de Sabóia, teve conhecimento desta situação, solicitou à imperatriz a sua intervenção no sentido de melhor as condições de vida dos netos. Isabel atendeu, de imediato, ao pedido, dando ordens para que os príncipes saíssem da fortaleza durante o dia para passear; permitiu-lhes ainda receber visitas de franceses bem como enviar retratos ao seu pai. Os príncipes só saíram de França em Julho de 1530, acompanhados da esposa de Francisco I de D. Leonor, depois de pago o montante definido nas pazes de Cambray (1529), acordo celebrado graças à intervenção de D. Luísa de Sabóia e D. Margarida de Áustria.

Isabel terá ficado muito contente ao ver que os filhos de Francisco I conquistavam definitivamente a liberdade. Por sua vez, a ida simultânea

D. Isabel de Portugal

da sua estimada tia Leonor para França, na qualidade de rainha consorte, trouxe-lhe expectativas de que as relações entre Carlos V e Francisco I encontrassem finalmente o caminho da ansiada paz.

Durante a sua regência, Isabel interveio na resolução de outros problemas que envolviam a defesa de interesses familiares e de valores estruturantes de uma sociedade católica. Um desses casos consistiu no apoio dado a sua tia Catarina (filha dos Reis católicos), com objectivo de invalidar as pretensões e argumentos de Henrique VIII no sentido de obter o divórcio, solicitado ao papa Clemente VII. Alertada pelo imperador, envia, de imediato, cartas a universidades e colégios no sentido de obter pareceres de juristas e teólogos que pudessem apoiar os interesses de Catarina, objectivo que foi atingido. Clemente VIII manifestou-se, igualmente, contrário ao divórcio, tornando nulo o casamento efectuado em segredo com Ana Bolena. Perante esta posição, Henrique VIII desvincula-se da igreja romana e auto-proclama-se chefe da Igreja da Inglaterra, abolindo a autoridade da Santa Sé em territórios ingleses. Isabel partilha do sofrimento da sua tia rejeitada. Por sua vez, Carlos V sofre com mais uma cisão no seio da cristandade.

Enquanto o imperador do Sacro-Império lutava contra os desvios à fé católica na Europa, tudo fazendo no sentido da realização de um Concílio

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

que repusesse a unidade dos crentes, Isabel preocupava-se com os métodos brutais utilizados na América espanhola para a conversão dos índios. Com este objectivo, dirigiu uma missiva ao papa Paulo III, fazendo, ainda, diligências junto do embaixador espanhol em Roma, conde de Cifuentes, para que interviesse no sentido de se encontrar uma solução favorável à expansão da fé que não comportasse maus tratos às populações indígenas.

Governadora, esposa e mãe

Esboçamos atrás alguns traços da vida política de uma mulher portadora, nas palavras de Mazario Coletto, de uma “inteligência clara e vigorosa, de largos alcances e assimilação rápida”. Os biógrafos da imperatriz são igualmente unânimes em reconhecer as suas invulgares capacidades em matéria de governação, que foi aperfeiçoando com o tempo.

A rainha de Espanha e imperatriz da Alemanha, nome alto e sonoro que nos poderia transportar para o Reino dos contos de fada, desempenhou, no entanto, outros papéis na sua vida. Foi esposa do imperador Carlos V, um homem sonhador e aventureiro, que muitos consideram como um político entre dois mundos: o medieval e o renascentista. Com efeito, partilhava dos ideais da cavalaria borgonhesa, vivendo num tempo em que Maquiavel publicava o “Príncipe”. A personalidade de Carlos fas-

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

cinaria Isabel, evocando-lhe alguns traços dos sonhos do seu pai, mas traduzia-se igualmente, na prática, numa vida de contínuo sobressalto e ansiedade devido às suas longas ausências e perigosas jornadas. Ao longo de treze anos de vida em comum, Carlos foi, de facto, um esposo demasiado tempo ausente. Ausências particularmente sentidas quando se aproximavam as longas horas de dar à luz, que ao tempo significavam sempre uma possibilidade de deixar o mundo terreno.

Carlos acompanhou o parto do príncipe Filipe e rejubilou quando lhe colocaram ao colo o herdeiro da coroa. Assistiu, igualmente, aos primeiros passos do seu primeiro filho. Viveu, entretanto, uma experiência familiar única. Não assistiu ao nascimento da sua filha mais velha, vendo-a pela primeira vez já crescida. Quando nasceu o infante D. Fernando (22 de Novembro de 1529), o imperador estava em Bolonha para ser coroado, não tendo podido acompanhar a esposa no momento doloroso da morte do filho. Enviou-lhe palavras de consolação ditadas pela fé que ambos partilhavam.

Nos momentos difíceis Isabel encontrava amparo nas suas devoções: a Virgem Maria, as Senhoras da Pena (Sintra) e de Guadalupe, Santa Isabel e Santa Maria Madalena, São João Baptista e Santo António de Lisboa.

D. Isabel de Portugal

No tempo não preenchido em audiências e despachos, zelava cuidadosamente pela educação dos filhos, impondo-lhes um calendário de actividades que os obrigava a cumprir com rigor, com a ajuda das aias e das damas, nomeadamente das portuguesas: as primeiras canções de embalar que soaram aos ouvidos dos infantes Filipe, Maria e Joana terão sido entoadas na língua da sua mãe.

Nas cartas escritas ao imperador, os assuntos de estado sobrepõem-se aos familiares, inserindo-se neste campo os relatórios circunstanciados sobre a saúde do príncipe herdeiro, atreito a algumas febres. Das que a afectavam, e lhe foram debilitando o corpo, não dava conta ao marido. Este era um assunto que tratava o Doutor Francisco López Villalobos, médico e notável escritor que servia a Casa da imperatriz.

A relação entre Carlos e Isabel apesar da distância mantinha a chama que se acendera quando se viram pela primeira vez em Sevilha. Em Abril de 1533, quando se reencontraram em Barcelona, após quatro anos de afastamento, continuavam a evidenciar uma situação de enamoramento que dá o seu fruto na concepção de uma criança. Isabel passou mal a gravidez e o desfecho foi trágico: o menino nasceu morto. Carlos quando soube da notícia correu de imediato. Isabel, no entanto, mal teve tempo

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

de recuperar: acompanha o marido nas viagens itinerantes pelas cidades principais de Espanha onde são acolhidos com grandiosas festas. O imperador afadigava-se, então, na preparação das campanhas do Norte África visando aniquilar Barbarroxa.

Em 2 de Março de 1534, Carlos despedia-se, em Madrid, de Isabel deixando-lhe uma vez mais o coração apertado.

O príncipe Filipe tinha então sete anos. Chegara o tempo de receber uma formação adequada ao exercício do cargo do futuro herdeiro. Com esse objectivo, foi criada a Casa do Príncipe herdeiro, dotada de servidores e mestres adequados a ministrar ensinamentos nas áreas essenciais à sua formação. Dado o facto de as instalações do Palácio de Alcázar serem exíguas, a imperatriz instalou-se noutra palácio. Na sua companhia, ficava a pequena Maria, que tinha seis anos.

A família iria alargar-se em breve. O imperador havia-lhe deixado, no ventre, outra criança. Nasceu robusta na noite de 23 para 24 de Junho, recebendo o nome de Joana. O cardeal de Toledo comunica ao imperador que “a senhora Infantita está muita linda, guarde-a Deus”. Foi baptizada no dia 30 de do mesmo mês, sendo seus padrinhos o irmão Filipe e o primo Luís Filisberto de Sabóia, filho da infanta Beatriz, que era criado

D. Isabel de Portugal

com os tios em Castela. As madrinhas foram a condessa de Osorno e a marquesa de Lombay. A avó, Joana, a *Louca*, apesar do seu estado de debilidade mental, alegrou-se com o nascimento da neta que lhe perpetuava o nome e lhe viria a dar um bisneto que seria rei de Portugal, o malogrado D. Sebastião.

A infanta Joana traria, no entanto, momentos de grande felicidade sobretudo à sua mãe e aos seus irmãos: Maria e Filipe. Ver crescer Joana forte e saudável seria a última experiência gratificante da maternidade de Isabel. O pai mal teve tempo de acarinhar a sua filha mais jovem. Continuava envolvido nos preparativos das lutas contra os infiéis.

A presença na Corte do rei Francisco I da rainha Leonor não se viria a traduzir num melhor relacionamento entre o monarca francês e Carlos V. Ninguém conseguia demover os intentos do rei de França de tentar ocupar os territórios da Flandres e de Itália. Com este objectivo, recorria a todas as estratégias. Em 1537, um exército turco saía de Constantinopla em direcção à Itália, com a conivência de Francisco I, dizia-se. Isabel, que conhecia bem o papel da espionagem, faz diligências no sentido de contratar pessoas que dominassem a língua francesa para serem enviadas a França.

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

Perante mais uma ameaça à cristandade, o imperador apressa-se a obter financiamentos para mais uma campanha. Convoca Cortes a realizar em Aragão, em Agosto. Em Julho, deixa Isabel em Valladolid como regente. Estava grávida de seis meses e sentia-se doente. Fica triste e veste-se de negro. Durante duas semanas recusa-se a despachar. Por sua vez, as cartas que dirige ao marido são lacónicas, revelando algum desalento na governação do país. Já se cansara dos insistentes pedidos, feitos ao longo das suas regências, no sentido do imperador regressar a Castela, para assumir a complexa governação peninsular.

Em meados de Outubro, suspende as suas funções. Recolhe-se e aguarda o nascimento do filho que sentia no seu ventre. Nasce um menino, a quem é atribuído o nome de João, em homenagem ao irmão mais velho de Isabel, D. João III. Apesar de as forças já lhe irem faltando, comportou-se com a coragem de sempre. Suportou as dores de parto sem gritos, nem lamentos.

O nascimento de um filho varão trouxe grande contentamento à corte. A saúde de Filipe revelava-se frágil. João era mais uma promessa de príncipe herdeiro. Apesar do significado simbólico do acontecimento, a criança foi baptizado na ausência do pai: foram seus padrinhos, o mar-

D. Isabel de Portugal

quês de Lombay e a sua mulher D. Leonor de Castro, os amigos fiéis e sempre presentes da imperatriz.

Após o parto, Isabel dá sinais de grande debilidade física que são comunicados ao imperador. Perante a preocupante notícia, Carlos visita a esposa que parece recuperar com a presença do marido. Mas o imperador não podia deter-se ao lado da sua dedicada esposa. Urgia deslocar-se para a Europa, tentando chegar a acordo com o rei de França. Nem sequer espera pelo Natal. Parte no dia 23 de Dezembro.

Os tempos auguravam-se tristes para Isabel. Um correio traz-lhe a notícia da morte da irmã Beatriz. Tinha 33 anos de idade. A imperatriz ordena a celebração de honras fúnebres em Madrid e em Barcelona. No seu íntimo, sofre amargamente o passamento da irmã com quem havia passado os dias mais alegres e inocentes da sua infância e juventude.

O sofrimento agrava-se ao ver desfalecer mais um filho saído das suas entranhas. João nascera débil e morre em Março de 1538. As amarguras da filha mais querida do rei D. Manuel são apenas atenuadas pela visita do irmão Luís que dá, entretanto, conta à sua irmã do facto do imperador não lhe ter concedido o ducado de Milão, como lhe havia prometido em troca da sua participação na batalha de Tunes.

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

Em Agosto, o imperador Carlos V regressa reconciliado com Francisco I. As pazes com o seu intrépido inimigo, acalentam-lhe o sonho de conquistar Constantinopla. Com este objectivo, convoca Cortes para Toledo. Os procuradores dos povos já estavam cansados das aventuras europeias de Carlos V e recusam o pagamento de um novo imposto, a sisa, que incidia sobre bens alimentares e vestuário.

Antes de se deslocarem para Madrid, Carlos e Isabel vivem os últimos momentos intensos de felicidade. Dão passeios pelo bosque de Madrid, vivendo um último período de enamoramento. Isabel fica de novo grávida. É neste estado que percorre o último caminho em direcção a Toledo. Ao longo de treze anos de estadia em terras de Espanha, Isabel fez mais de vinte viagens, sofrendo os calores de verão e os frios de Inverno, sendo, no entanto, sempre calorosamente acolhida, nos caminhos por onde passava e nas cidades onde estanciava, pelo povo que muito a amava e se deslumbrava com o seu porte altivo e terno, bem como com os majestosos vestidos e gargantilhas que ostentava em cortejos reais e cerimónias públicas.

O fim de uma vida intensa

O célebre cronista Sandoval inicia deste modo a narrativa dos factos ocorridos no fatídico ano da morte de D. Isabel de Portugal: “Entraremos neste ano de 1539 com a perda maior da sereníssima imperatriz rainha de Espanha, Nossa Senhora. Doze ou treze dias antes que falecesse a imperatriz, se viu em Espanha um terrível eclipse do sol, a 18 de mês de Abril, e logo um cometa que, durante trinta dias, esteve a ocidente na direcção de Portugal, o que, segundo costuma acontecer nas mortes dos grandes príncipes, um e outro são prognósticos da morte digna de lágrimas da Imperatriz”.

D. Isabel estava em Toledo, onde tinha passado um inverno rigoroso. Em meados de Abril, começou a sentir-se muito doente. As febres consumiam o seu corpo débil. Os médicos começaram a prognosticar o pior. Tentaram observá-la. Mas a bela esposa de Carlos V recusou alegando que se Deus a quisesse curar o faria, escreve Sandoval. O médico da corte Vilalobos acompanhava-a de perto, sofrendo com a degradação do estado

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

físico de Isabel. Quis mudar de pousada. Saiu da casa de Dom Diego de Furtado de Mendonça e foi para as do conde Fuensalida.

Ao sentir que o nascimento do seu filho estava próximo, mandou chamar Quirce de Toledo, a parteira que a ajudara a dar a luz os seus filhos. Num parto prematuro, deu à luz no dia 21 de Abril, um menino morto. O corpo, já muito debilitado, sofre, em seguida, uma forte hemorragia. Seguem-se febres puerperais. No dia 29 de Abril, a febre cessou. Apercebendo-se que a morte estava próxima, confessou-se e recebeu a extrema-unção. Ter-se-á despedido de Carlos bem como dos filhos, Filipe, Maria e Joana. Numa carta escrita pelo frade Juan de Salinas, afirma-se que o imperador se manteve ao lado da cama, descobrindo, então, o grande amor que lhe tinha; mais do que pensava. No dia 1 de Maio, à uma hora da tarde Isabel, “deu a alma a deus”, “com notável sentimento do imperador e de toda a Corte”. Despedia-se da vida com a mesma idade (35 anos, fazia 36 em Outubro), e nas mesmas circunstâncias da sua mãe, destino que irmanava as mulheres daqueles tempos.

Por expresso desejo de Isabel, a sua amiga de sempre, D. Leonor de Castro (a marquesa de Lombay) amortalhou o cadáver, com o hábito de S. Francisco. O corpo foi, em seguida, colocado num caixão de chumbo.

D. Isabel de Portugal

Perante a primeira grande tragédia que se abatera sobre o valoroso imperador, Carlos revela toda a sua dimensão humana. Prostrado ao lado do féretro da mulher, que fora sua esposa durante treze anos, chorou sem ter coragem de ver o corpo sem vida. A valentia e os ideais do cavaleiro andante soçobravam perante a sua maior derrota: o desaparecimento da mulher da sua vida, a companheira dedicada e afável, a notável educadora dos seus filhos, a hábil regente, a conselheira sábia e prudente cuja voz nem sempre soubera ouvir.

À rainha de Espanha e imperatriz da Alemanha seriam prestadas todas as honras devidas a pessoas de tão alta condição. No dia seguinte à sua morte, logo pela manhã, o cardeal de Toledo, Don Juan Pardo Tavera, o cabido e os capelães das três capelas reais, o corregedor de Toledo e a vereação municipal estiveram presentes na celebração da “encomendação da Alma”. Às três da tarde, do mesmo dia, as mesmas autoridades civis e religiosas dirigiram-se à casa do conde de Fuensalida a fim de dar início ao cortejo fúnebre. Entrou o cardeal e o cabido. O corregedor e a câmara ficaram na praça de S. Tomas à espera do féretro. O esquife foi retirado da casa por membros da alta fidalguia. Os mordomos do imperador e da imperatriz entregaram-no, em seguida, ao corregedor e aos

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

vereadores, que o levaram em ombros até à ponte de Alcântara, numa liteira coberta de um pano de brocado negro com uma cruz de veludo.

Organizou-se o cortejo fúnebre, ocupando cada pessoa e instituição o lugar que lhe competia na hierarquia das honras. À frente iam membros de todas as paróquias e confrarias da cidade e da corte, cujos oficiais e confrades levavam velas acesas. Seguia-se o cabido e os capelães das três capelas reais de Toledo, os do imperador e da imperatriz, os curas e beneficiados, os religiosos de todos os conventos, de dentro e fora da cidade, excepto os de Sisle que preparavam o mosteiro para receber o imperador.

Seguia-se o féretro, acompanhado do capelão-mor da imperatriz.

Logo atrás ia o jovem príncipe, vestido de luto, ao lado do Cardeal Tavera, o grande conselheiro de Isabel durante as suas regências. Acompanhavam-no o duque de Béjar, o marquês de Vilhena, o conde de Cifuentes, o mordomo-mor da imperatriz, o marquês de Lombay, o comendador-mor de Castela e muitos prelados e senhores do Reino.

Por fim, seguiam os conselhos régios com os seus oficiais e ministros.

A procissão passou pela Igreja de São Tomé e de S. Salvador até à ponte de Alcântara. Aqui aguardavam o cortejo fúnebre, “com choros e lamentos”, as marquesas de Lombay e Aguillar, a condessa de Faro e mui-

D. Isabel de Portugal

tas damas da casa da imperatriz. Em seguida, o cadáver foi colocado numa liteira transportada por duas mulas negras com celas e guarnições de tela de ouro e carmesim.

E assim caminhou até Granada, passando por Orgaz, Yébenes, Malagón e Jaén. Acompanharam o ataúde o Cardeal de Burgos, os bispos de Leon e de Coria, os marqueses de Villena e de Lombay, D. Guiomar de Melo e D. Leonor de Castro (as fiéis damas portuguesas), outros servidores e criados do imperador e da imperatriz e muitos frades dominicanos, franciscanos e jerónimos. Seguiam ainda 14 capelães, 8 cantores, 30 moços de capela e 8 pajens. António Villacorta estima a comitiva em mais de 300 pessoas.

Ao longo do percurso, os povos acorreram para se despedirem da imperatriz, trazendo víveres para alimentar a comitiva. Frey Juan de Salinas testemunha que a passagem do “corpo santo” desencadeava “choros e clamores de todos os povos por onde passava”, coisa considerada tão admirável uma vez que nunca “tão natural sentimento se viu por Príncipe”.

Depois de uma longa e cansativa viagem, sobretudo para Filipe que tinha apenas doze anos, os restos mortais da imperatriz chegaram à cidade onde Isabel tinha vivido os dias mais felizes da sua vida.

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

Granada preparara-se para receber com a maior dignidade o corpo da esposa de Carlos V. Na capela real, construía-se um sumptuoso túmulo. Por cima, colocara-se a coroa imperial. À volta, havia candelabros com círios brancos com escudos de armas da imperatriz.

Presidiu às cerimónias fúnebres Frei António de Guevara, bispo de Mondoñedo. Segundo Sandoval, este eclesiástico terá afirmado no elogio fúnebre que D. Isabel era “formosíssima”, não estando ao alcance do engenho dos pintores retratá-la com toda a sua perfeição. E terá acrescentado: “e se era formosa no corpo muito mais o foi na alma”.

Foi muito chorada a morte por toda a Espanha. Em Paris, o rei Francisco I, prestou-lhe umas “soleníssimas honras”.

O depósito do corpo na Capela Real de Granada fez-se na presença do bispo de Burgos e do arcebispo de Granada; do capelão-mor da imperatriz, bem como de muitos fidalgos castelhanos. Estavam ainda D. Fradique de Portugal, D. Jorge de Melo e o fiel servidor Rui Gomes da Silva.

Ao tempo de fazer a entrega do corpo, abriram a caixa de chumbo. Descobriram o seu rosto. Estava seco e desfigurado, causando espanto e horror devido ao elevado estado de putrefacção. Coube ao marquês de Lombay reconhecer perante o escrivão o corpo da imperatriz. Por vê-lo

D. Isabel de Portugal

tão “trocado e feio” afirmou não ser possível reconhecê-lo: o que jurou foi que, conforme a diligência e cuidado que se havia posto em trazer e guardar o corpo da imperatriz, tinha por certo ser aquele, não podendo ser outro.

Afastaram-se os demais deste “espectáculo que lhes causava espanto, lastima e mau cheiro”, excepto o marquês de Lombay. Pelo particular amor e reverência que sempre tinha tido a D. Isabel, não conseguia desviar os olhos daquela Senhora, que fora formosa e tão estimada no mundo. Colocado, de forma brutal, perante a efemeridade da vida terrena, o servidor dedicado da imperatriz decidiu alterar radicalmente a sua vida de modo a só “servir a outro Senhor e a outra Majestade que não perece”.

Em 1546, quando faleceu a sua esposa, Leonor de Castro renunciou ao seu estado e “pompas do mundo”. Entrou na Companhia de Jesus, assumindo o nome de Francisco Borja, na qual foi “uma varão exemplar”. Assim escreveu Frei Prudêncio de Sandoval, na crónica de Carlos V, dedicada a Filipe II, cuja narrativa seguimos na descrição da morte e das cerimónias fúnebres de D. Isabel de Portugal.

O imperador Carlos V recolheu-se em oração no Convento Jerónimo de Sisle. O tempo era de grande sofrimento para a família do rei *Ventu-*

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

roso. Em Lisboa, D. João III perdia o seu filho primogénito. Numa carta endereçada ao cunhado, tentando consolá-lo da irremediável perda, Carlos dá conta do seu estado de profundo desalento por “ter levado Nosso Senhor para si a Imperatriz, minha muito cara e amada mulher”. Este sentimento é corroborado por fontes coevas, unânimes no relato do profundo pesar que se abatera sobre o Reino de Espanha, atingindo de forma particular o esposo: “sentiu mais que todos o imperador a morte da sua muito cara e amada mulher que estimava muito a sua muito doce companhia”.

O “último imperador da Idade Média” (Peter Rassow) recobriria as suas forças, pelejando ainda durante 16 anos. Em 25 de Outubro de 1555, decidiu abdicar, colocando nas mãos do seu filho Filipe parte do seu Império. No discurso emocionado que então proferiu no Palácio de Bruxelas, o itinerante cavaleiro afirmou ter feito dez viagens aos Países Baixos, nove a Alemanha, sete a Itália, seis a Espanha, quatro a França, duas a Inglaterra e duas ao Norte de África.

Em seguida, recolheu-se ao Mosteiro Jerónimo de Yuste, onde viveu em absoluto recolhimento e oração. Para o convento situado perto de Cáceres levou muitas imagens da sua amada esposa: medalhas, cama-

D. Isabel de Portugal

feus, pequenos retratos esmaltados e dois retratos de Ticiano. Um deles, “A Glória”, representava Carlos, D. Isabel e os seus filhos ajoelhados à espera do juízo final; o outro continha apenas a imagem da imperatriz que Carlos contemplava diariamente, minorando a sua melancolia e solidão.

Carlos V escreveu no testamento: “Quero que perto do meu corpo se coloque o da Imperatriz, a minha muito querida e amada esposa, que Deus tenha em gloria”. Filipe II cumpriu a vontade do pai. Em 1574, reuniu no Escorial, imponente palácio que mandou construir, os restos mortais dos seus pais, bem como dos seus irmãos Fernando e João.

No reinado de Filipe IV, quando se concluiu o panteão dos reis, as cinzas foram transladadas para este panteão. Segundo instruções do monarca, os restos da imperatriz foram colocados no nicho superior e contíguo ao lado da Epístola, simétrica à urna que guarda os restos do imperador, ao lado do Evangelho. No centro da caixa gravou-se uma inscrição dourada a fogo com estas palavras: *ELISABETH. EMP. ET. REG.*

O legado de D. Isabel de Portugal

Uárias foram as mulheres que intervieram na vida política do século XVI, destacando-se as personalidades fortes de Margarida de Áustria e Maria da Hungria. A imperatriz Isabel ocupa, no entanto, um lugar muito especial. A sua projecção histórica não é uma sombra do imperador Carlos V. Na História da Espanha, no período que decorre entre 1526 e 1539, a imperatriz foi a outra face da governação, papel simbolicamente representado numa medalha de Leone Leoni onde podemos ver no verso o imperador e no reverso a imperatriz, bem como num quadro de Peter Paul Rubens (cópia de uma pintura de Ticiano) em que Carlos e Isabel aparecem sentados, lado a lado, apoiando as suas mãos numa mesa onde se poderão ter registado, por escrito, actos da governação de ambos.

D. Isabel de Portugal afirmou-se pela sua beleza, pelo seu papel de esposa e mãe, e pela forma hábil e abnegada de exercer a governação.

D. Isabel de Portugal

A rainha de Espanha e imperatriz de Alemanha está ligada de forma muito estreita a seis reis de Portugal: foi filha de D. Manuel I, irmã de D. João III, mãe de Filipe II, avó de D. Sebastião e de Filipe III, bisavó de Filipe IV. A sua influência terá sido decisiva sobretudo nos rumos que tomaram os seus filhos: Filipe, Maria e Joana.

D. Isabel redigiu vários testamentos. O último data de 7 de Março de 1535, tendo sido elaborado em Madrid na presença de Juan Vasquez de Molina e confirmado, em Toledo, em 26 de Abril de 1539. Nele declara como seus herdeiros universais o príncipe Filipe e as infantas Joana e Maria que deviam ser criadas “no temor de Deus e feitos tão cristãos e virtuosos que sejam dignos de governar os reinos e os senhorios em que Deus os puser”. Em seguida, nomeia os seus mais directos servidores, em especial as suas damas e companheiras, a quem doa bens materiais e para as quais solicita protecção. Nas suas doações não esquece igrejas e mosteiros a quem concede legados pios destinados alguns à celebração de missas, conforme uso do tempo.

A sua fortuna material, sobretudo a constituída por jóias, vestidos e objectos sumptuários é extensa e de grande valia material. Na representação da sua memória destaca-se, no entanto, a sua herança imaterial: uma vida muito intensa de filha, irmã, esposa, mãe, amiga e governadora.

RAINHAS E INFANTAS DE PORTUGAL

Os historiadores espanhóis destacam, entre muitos outros, um traço distintivo na sua forma de actuar: o não esquecimento do seu país natal, evidenciado em múltiplos gestos e formas de vestir, tendo ficado ainda gravado no final das cartas dirigidas ao imperador, em letra do seu próprio punho, na expressão: “Beija as mãos de Vossa Alteza. A Rainha”.

Para além dos registos escritos, a imaterialidade de uma vida está ao alcance dos nossos olhos na vastíssima iconografia da imperatriz, sobretudo nos traços fixados na tela de grandes pintores como Jan Provost, Jan Vermeyen, Jacobo Seisenegger, Sánchez Coelho, Ticiano...

D. Isabel de Portugal



